

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

KEVELIN NUNES DA SILVA

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
A PONTE BENJAMIN CONSTANT E O USUFRUTO NA
CONTEMPORANEIDADE– MANAUS/AM**

MANAUS, AMAZONAS
2017

KEVELIN NUNES DA SILVA

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
A PONTE BENJAMIN CONSTANT E O USUFRUTO NA
CONTEMPORANEIDADE – MANAUS/AM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas – UEA como requisito básico para a conclusão do curso de bacharelado em Arqueologia.

Orientador(a): Prof. Doutor Carlos Augusto da Silva.

MANAUS, AMAZONAS
2017

Dedicatória

*A Deus, o Autor de minha vida, Sondador de meus pensamentos e
Conhecedor de minhas forças e fraquezas,
A meus pais, Euridson Curvelo e Zunalva Nunes dedico.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente, em primeiro lugar a Deus, por ter me propiciado o conhecimento necessário para a realização deste trabalho. A Ele dedico todos os méritos.

Aos meus familiares, Euridson, Zunalva, Kelson Nunes e Kedma Feitosa, que me acompanharam nesta jornada desde o início, me encorajando a sempre ser melhor e dando todo amparo físico e psicológico necessário. Também aos meus familiares de parentela mais distante, que me ajudaram e que contribuíram de alguma forma para este trabalho, obrigada.

A minha futura não distante família, qual prestes estou a construir, Ramon Sales, meu amado, que esteve comigo nas situações difíceis, e não permitiu que eu deixasse de sonhar com meu diploma acadêmico. E também a sua mãe, Sebastiana Sales, que por mim intercedeu.

Aos meus caros colegas do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Amazonas, que por assim dizer já os considerava como colegas de profissão, que empenharam um pouco de seu tempo para o melhoramento do meu trabalho, contribuindo de diversas formas.

Ao meu querido orientador, Prof^o Doutor Carlos Augusto da Silva, que sempre será meu maior exemplo de humildade e simplicidade, sendo o maior incentivador e contribuinte desta pesquisa, todas às vezes firme e sucinto me ensinando a persistir e sempre manter o foco. A minha querida co-orientadora, Msc. Yvonne Rócio Corredor Ramirez, que sempre terá minha total admiração como uma arqueóloga profissional estrangeira de excelência.

Aos meus colegas de sala de aula, que se tornaram amigos do peito, William Rodrigues e Luana Costa que desde o início da graduação me acrescentaram coisas boas e edificantes. Sou uma grande admiradora de cada um, pelo conhecimento e paixão pela nossa profissão. E para nós, tenho algo a declarar: “*Conseguimos!*”.

A todos estes, agradeço de alma e coração.

RESUMO

O presente trabalho se dispõe a mostrar breves conceitos sobre arqueologia histórica e afins através de um estudo de caso do Monumento histórico da cidade de Manaus – a ponte Benjamin Constant – legalmente conhecido como patrimônio histórico e erigida nos períodos de 1892 a 1895 no mandato do maior idealizador de urbanização e desenvolvimento da cidade de Manaus, o Governador Eduardo Ribeiro (1862 – 1900), no período da borracha. Procura abordar também uma série de problematizações existentes no cotidiano a respeito do Patrimônio Histórico em Manaus, como a falta de preservação, a desvalorização e abandono da monumentalidade de uma sociedade que existira durante um período e perpetuou sua presença na contemporaneidade através da arquitetura presente em diversas partes da cidade. Manaus é a cidade capital do Estado do Amazonas conhecida em todo território brasileiro como a 7ª mais populosa do Brasil, cidade rica em cultura, história e turismo. ‘Manaus’, em homenagem as tribos dos índios *Manaos*, habitantes do Rio Negro e Solimões que abraçam a cidade e seus municípios. Nomeada também como a Paris dos Trópicos, esbanja beleza e possui diversos pontos de interesse turístico-histórico que nos revela uma significativa evolução no período em que a cidade ainda estava se fundando como Vila.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Monumentos Históricos, Patrimônio, Período da Borracha, Desvalorização, Manaus.

ABSTRACT

This present college work presents brief concepts on historical archeology and the like through a case study of the historical Monument of the city of Manaus – the bridge Benjamin Constant – legally known as historical patrimony and erected in the periods from 1893 to 1895 in the mandate of the greatest idealizer of urbanization and development of the city of Manaus, to rule Eduardo Ribeiro (1862-1900) in the rubber period. It also seeks to address a series of daily problematizations about the historical patrimony in Manaus, such as the lack of preservation, the devaluation and abandonment of the monumentality of a society that had existed for a period and perpetuated its presence in contemporary times through the architecture present in several parts of the city. Manaus is the capital city of the state of Amazonas, known throughout Brazil as the 7th most populous city in Brazil, a city rich in culture, history and tourism. “Manaus”, in homage to the tribes of the Indians Manaós, inhabitants of Rio Negro and Solimões that embrace the city and its municipalities. Named also as Paris of the Tropics, it lavishes beauty and has several points tourist-historical interest that reveals a significant evolution in the period in which the city was being founded as Villa.

Key-words: Historical Archeology, Historical Monuments, Heritage, Rubber Period, Devaluation, Manaus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MANAUS: O MEDRAR DA SOCIEDADE MANAUARA.....	13
1.1 DA FUNDAÇÃO AOS SÉCULOS SEGUINTE: O PROGRESSO DE MANAUS.....	14
1.2 MANAUS DO FINAL DO SÉCULO XIX E O PROJETO DE EMBELEZAMENTO.....	19
2 APORTES TEORICOS.....	23
2.1 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.....	23
2.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	25
2.3 MONUMENTOS HISTÓRICOS.....	27
2.4 RESPONSABILIDADES SOBRE A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO – PRECEITOS LEGAIS.....	31
2.4.1 Problemáticas do patrimônio histórico em Manaus.....	33
3 A PONTE BENJAMIN CONSTANT.....	35
3.1 REFORMAS REALIZADAS NA PONTE BENJAMIN CONSTANT.....	39
3.2 A INTERVENÇÃO SOCIAL: PROSAMIM.....	43
3.3 A PONTE BENJAMIN CONSTANT NA ATUALIDADE	45
3.4 DISCUSSÃO – A INTERAÇÃO PATRIMÔNIO, AMBIENTE E SOCIEDADE.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFÊNCIAS	58
APENDICE.....	61
ANEXOS.....	72

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Vista via satélite da cidade de Manaus. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-3.13497303,-60.03101318,28.32831315a,896.57796351d,35y,95.51016652h,75.72195102t,-0r . Acesso: Agosto, 2017.....	14
Figura 2 – Vista área de Manaus retirada do álbum de comemoração de 310 anos da cidade. Corrêa Lima. Fonte: Acervo: IPHAN.....	16
Figura 3 – Manaus nos anos de 1902, boa parte já aterrada. Fonte: Acervo IPHAN – Anuario de Manaus, 1913-1914.....	21
Figura 4 – Vista via satélite do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: https://earth.google.com/web/@3.13557873,60.02825046,34.15670654a,0d,90y,0.1660569h,107.09689928t,0r/data . Acesso: Agosto, 2017.....	30
Figura 5 – Imagens de alguns dos monumentos que fazem parte do TOMBO histórico de Manaus. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/163?eFototeca . Acesso: Agosto, 2017.....	31
Figura 6 – Ponte Benjamin Constant, visão lateral, período aproximado 1918. Fonte: CD Manaus Antiga de Jorge Herrán. Acervo Iphan.....	37
Figura 7 – Ponte Benjamin Constant, AM. Fonte: NUNES, Kevelin. Junho, 2017.....	38
Figura 8 – Ponte Benjamin Constant, sobre igarapé Mestre Chico. Observa-se a paisagem natural constituída de barcos de pesca e barrancos, período aproximado, 1912. Fonte: MISAM - Dispositivo Robério Braga.....	39
Figura 9 – Áreas que sofreram intervenção: Verde-Parque Residencial Manaus; Azul- Parque Bittencourt; Amarelo-Parque Jefferson Péres; Laranja-Parque Mestre Chico; Vermelho- Parques Residenciais Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Fonte: <i>Prosamim.gov</i> , 2012.....	44
Figura 10 – Prosamim, localizado abaixo da Ponte Benjamin Constant. À esquerda, 2012. Fonte: <i>Prosamim.gov</i> . A direita, 2017. Fonte: NUNES, Kevelin.....	45
Figura 11 – Algumas das pinçações que compõem a atual estrutura da ponte. Fonte: ALVES, Cícero. NUNES, Kevelin. Maio, 2017.....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTRATIGRAFIA DA PONTE BENJAMIN CONSTANT: SÉCULOS XIX A XXI. Fonte: Autor. Agosto, 2017.....	41
--	----

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu no âmbito de uma das subdisciplinas da arqueologia, a arqueologia histórica, que tem como abordagem o tema “A ponte Benjamin Constant e o usufruto na contemporaneidade no bairro da Cachoeirinha”, na cidade de Manaus, que examina a relação entre este patrimônio tombado pelo Estado e a sociedade que compõe a paisagem na atualidade.

Hoje em dia, uma das maiores problemáticas da sociedade é a falta de preservação para com a monumentalidade. A culturalidade por muitas vezes é deixada de lado e não há apreciação ou zelo por perpetuar a herança histórico-cultural. Os monumentos históricos da cidade de Manaus, em muitos casos, são apenas lembranças do que um dia foi chamado “*Belle Époque*”.

Através de inquietações pessoais, associado aos parâmetros e posicionamentos do profissional de ciências sociais – o arqueólogo – percebemos que os vínculos criados entre cidadão e patrimônio são pouquíssimos, e que essas questões precisam ser explanadas e debatidas dentro e fora da academia para que através do conhecimento, se dissemine e torne-se visível a consciência de que precisamos perpetuar a história da sociedade, mantendo vivo o presente através do passado, dando oralidade ao que não se pode falar.

Para esta pesquisa então, fora identificado um estudo de caso, utilizado para pesquisas no âmbito das ciências sociais onde através do objeto de estudo – ponte Benjamin Constant – propõe-se investigar os fenômenos cotidianos que não são percebidos com clareza e estão inseridos em um contexto real: Qual o verdadeiro fator que circunda a desvalorização deste patrimônio?

O método de pesquisa do estudo de caso, foram utilizadas estratégias como levantamento bibliográfico e documental da Ponte e entrevistas de caráter informal que buscaram levantar a memória individual e/ou coletiva das pessoas que moram nas adjacências ao patrimônio. Preservar o caráter único da ponte Benjamin Constant é proporcionar uma visão global mediante a sua problemática, empenhando-se em identificar possíveis fatores que influenciam ou que por ela sofrem influência.

A ponte Benjamin Constant está estabelecida na Avenida Sete de Setembro¹ próximo ao complexo Presidiário Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. Foi erigida sobre o igarapé Mestre Chico e faz ligação direta entre os bairros Centro e Cachoeirinha. Sua construção fora iniciada em 1893, sendo o principal engenheiro responsável pelo seu modelo arquitetônico o inglês Frank Hirst Hebblethwaite (DUARTE, 2009).

Está inserida dentro de um contexto histórico e centenário, capaz de sinalizar dois períodos distintos: a **urbanização** da cidade de Manaus, considerando o desenvolvimento populacional desde sua criação até as primeiras mudanças de sua estrutura, e as **revitalizações**, que nos retratam mudanças paisagísticas e geográficas que refletem diretamente na ponte e suas adjacências na contemporaneidade.

Hoje, para muitos amantes e apreciadores da história de Manaus, a ponte Benjamin Constant é um marco de imponência do período áureo da borracha, o que conhecemos como o período mais econômico da cidade no Estado do Amazonas nos anos de 1890 até 1910, retratando então uma longa e resistente jornada de um monumento arquitetônico representante da sociedade da *Bellé Époque*. Com o decorrer do tempo, a ponte sofreu influências que mudaram seu estado original, incluindo a paisagem por conta dos aterros aos igarapés próximos e sua estrutura que fora reforçada. O único fator que não sofreu alteração foi sua localização que permanece desde o início de seu planejamento até os dias atuais no mesmo local.

Dada sua inauguração no dia 7 de setembro de 1895, de acordo com dados históricos bibliográficos, a ponte sofreu pequenas reformas com o único intuito de melhorar tanto sua estrutura, quanto estética (uma vez que estas palavras são importantes para demarcar o desenvolvimento temporal da mesma e conseqüentemente serão aqui consideradas conjuntas), sendo a sua ‘última’ mais ‘recente’ realizada no ano de 2008, na gestão do ex-governador Eduardo Braga que utilizou meios para remodelar a paisagem social e reuso do local com a participação do projeto intitulado PROSAMIM.

Posteriormente a isto, criou-se uma problemática que se estende no meio social, principalmente por não haver nenhum planejamento que trate das políticas de preservação e ressignificação desta ponte, estando hoje entregue a desvalorização por parte do governo e da sociedade que a compõe a sua atualidade. Partindo desse ponto,

¹ Denominação dada por Eduardo Ribeiro é uma homenagem dada à data de Independência do Brasil (ITUASSÚ 1997).

foi realizado um estudo de caso onde propusemo-nos tratar da identificação de um problema, analisando as evidências, desenvolvendo e avaliando argumentos pessoais e científicos, para por fim, propor cabíveis soluções. De acordo com o Professor Carlos Antônio Gil, o estudo de caso é:

Uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002:54).

Este trabalho foi devidamente pesquisado por meio de análises dos documentos bibliográficos e levantamentos das idas e contatos informais feitas em campo, visando promover uma discussão individual e coletiva para sondagem do raciocínio lógico, crítico e argumentativo.

Por fim, o trabalho foi dividido em três partes que abordam o conteúdo até se chegar ao foco: patrimônio e usufruto da sociedade contemporânea. Respectivamente são capítulos que tratam da contextualização histórica da cidade de Manaus, desde o século XVII (fundação) até o início do século XIX. Os portes teóricos da linha de pesquisa, arqueologia histórica, envolvendo uma série de conceitos inseridos dentro desta subdisciplina e citações legislativas que regem o patrimônio e finalizando, o capítulo que trata diretamente da ponte Benjamin Constant, retratando sua história e processos de revitalizações ao decorrer de sua existência.

Sabemos que a legislação é bastante minuciosa com relação aos parâmetros que devem ser seguidos contra atos errôneos que circulam o patrimônio. O olhar arqueológico para com esta ponte são as intervenções das políticas de preservação que precisam ser explanadas e praticadas para que o usufruto desta cultura material não fique despercebido no meio na sociedade atual e para que este conhecimento possa se perpetuar entre gerações vindouras.

1. MANAUS: O MEDRAR DA SOCIEDADE MANAUARA

A cidade de Manaus foi originalmente fundada no século XVII pelos portugueses que chegaram ao território amazônico com finalidades militares e comerciais, uma vez que visionaram seu alto potencial produtivo e extensivo em terras. No período de 1658 houve o surgimento de outros interesses, mas que, todavia não eram ‘novos’ – a catequese². É uma cidade histórica e portuária, responsável pelo maior tráfego de importação de matérias-primas além da borracha, por incentivo a agricultura – cacau, café, algodão, cana-de-açúcar – nos períodos de 1740 até 1920 (SANTOS, 2001).

Foi elevada à ‘vila de Manaos’ em 1832, em homenagem à nação indígena dos Manaós, que habitavam em torno dos Rios Negro e Solimões que circulam em torno da cidade. Os índios Manaós não eram isolados, existiam além de alguns brancos que já faziam parte da população manauara, outros indígenas que se reuniam para povoar o território – barés, banibás, aroaquis e juris – residentes nos arredores da Vila (MESQUITA, 1999).

Antes de se chamar cidade, passou por diversas e constantes mudanças e recebeu diversas intitulações como Fortaleza de São José da Barra, Fortaleza ou Forte da Barra, São José do Rio Negro, Casa Forte, entre outras (YPIRANGA, 1994). Foi legalmente transformada em cidade no dia 24 de outubro de 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro e somente em 5 de setembro de 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de província onde Manaus permanece sendo a capital até os dias de hoje.

A cidade foi arquitetada por estrangeiros. Seu espaço físico foi premeditado para ser composto de jardins e árvores pacatas, monumentos arquitetônicos grandiosos como os da potência colonizadora que a cercava, os igarapés que tinham seus pequenos afluentes de água cristalina onde a população ribeirinha deliciava-se com banhos e lazer, seriam modelos da grande Veneza onde seria possível locomover-se através de canoas ‘à la mode parisiense’³. Mas com o passar do tempo, estes planejamentos deixaram de existir graças às políticas criadas para o melhoramento estrutural da cidade (MESQUITA, 1999).

² Denomina-se catequese: explicação oral, metódica, dos mistérios da fé e das coisas religiosas em geral. 2. p.ext. doutrinação, ensinamento, catequização. AURÉLIO, 2010.

³ Expressão francesa utilizada na sociedade como forma de conotação a algo ou alguém que está em padrões altos de beleza ou status. Disponível em < <http://www.linguee.com/portugues-ingles-frances/search?> > Acesso: Julho de 2017.

Situada no centro da maior floresta tropical do mundo é conhecida pelo turismo ecológico e localização no mapa. Agnello Bittencourt⁴, apreciador da história amazonense descrevia Manaus como “*cercada pelos maiores rios e florestas do planeta, (...) mantendo o sorriso acolhedor, o ar hospitaleiro, a generosidade franca, e a tranquila doçura que é sua marca registrada...*” (BITTENCOURT, 1969:83), hoje é a cidade do estado do Amazonas bastante populosa com cerca de 2,1 milhões de habitantes (IBGE, 2016) e em nível nacional conhecida como a sétima capital mais populosa do país. Manaus está localizada na região Norte do Rio Negro nas coordenadas geográficas 03°08’05’’ de latitude sul e 60°01’24’’(figura 1) de longitude oeste ocupando posição dominante na área geográfica, que compreende a região entre a foz do rio Negro até a foz do rio Amazonas (Anuário Estatístico do IBGE, 2014).

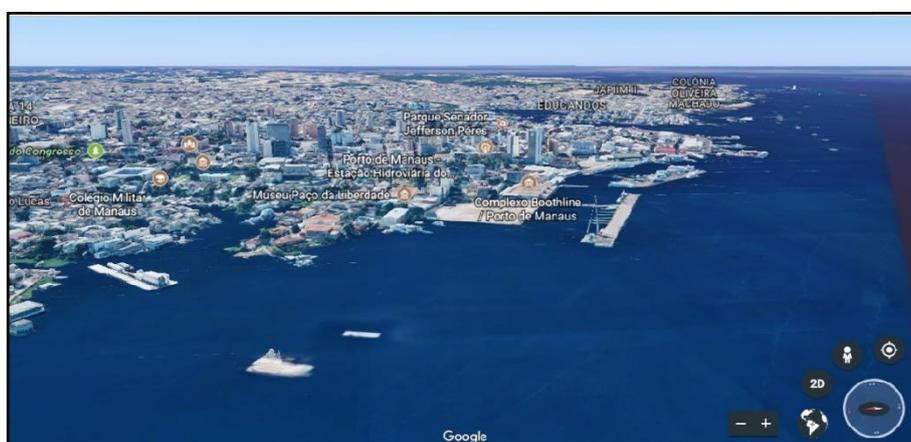


Figura 1. Vista via satélite da cidade de Manaus. Disponível em: < <https://earth.google.com/web/@-3.13497303,-60.03101318,28.32831315a,896.57796351d,35y,95.51016652h,75.72195102t,-0r>> Acesso: Agosto, 2017.

1.1 DA FUNDAÇÃO AOS SÉCULOS SEGUINTE: O PROGRESSO DE MANAUS

Em meados do século XVII, mais precisamente no ano de 1668 foi solicitado por Pedro da Costa Favela sob o patrocínio do governador do Pará Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a construção de um forte alegando a necessidade tática de guarnecer a região contra eventualidades de assédios e impôs ainda para que

⁴ Agnello Bittencourt (Manaus, 14 de dezembro de 1876 — Rio de Janeiro, 19 de julho de 1975), foi um geógrafo, administrador público e historiador brasileiro, membro da Academia Amazonense de Letras e um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 1917. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Agnello_Bittencourt > Acesso: Agosto, 2017.

fosse construída em um local adequado que resguardasse o Rio Negro de possíveis incursões inimigas (YPIRANGA, 1994).

E rapidamente, atendendo a este pedido, em 1669 ergueu-se uma fortaleza na margem esquerda do Rio que atendia pela descrição: “*um simulacro de fortaleza, de forma quadrangular, em pedra e barro, sem fosso*” (YPIRANGA, 1994:25) sendo o seu primeiro comandante Angelico de Barros. Durante 114 anos, o forte desempenhou suas funções tranquilamente.

Em 1786, o forte já apresentava uma parte em ruínas. Alexandre Rodrigues Ferreira⁵ observava o povoado da Vila Manaos e descrevia como: “*em dous bairros, ao longo da margem boreal: ambos elles ocupam uma porção da barreira que medeia entre dois igarapés da Tapera dos Maués e dito dos Manaós*” (Alexandre Rodrigues *apud* MESQUITA, 1999:24).

A partir desse momento, com a pequena população existente, começara a miscigenação entre brancos e índios, e a associação entre aldeias contrárias surgindo assim à criação de uma nova e aumentada população, os habitantes da Barra e as construções arquitetônicas – de início residenciais – começaram a emergir de forma simples.

O naturalista Alexandre Rodrigues, responsável pela avaliação das potencialidades econômicas do Amazonas, no momento que passara pela vila se posicionava de forma cautelosa uma vez que não conhecia completamente o vilarejo Manaos. Em seus relatos, comentara: “*Antes de se formalizar aquela povoação, até chegar aos termos em que agora se acha, não havia nela mais do que algumas paçolhas⁶, em que se agasalhavam alguns índios e índias...*” (YPIRANGA, 1994:32).

Iniciando o século XVIII a cidade começara a se desenvolver em diversos aspectos, sendo os principais: públicos, arquitetônicos e sociais. A situação populacional era bastante crítica, não por quantidade, mas sim por qualificação. E mesmo que houvesse pessoas para o trabalho inicial que fora constituído na cidade, “trabalho braçal”, assim chamado para mão de obra escrava, não haviam trabalhadores especializados e específicos em muitas áreas e faltavam profissionais de necessidades

⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira – Cidade da Bahia, 27 de abril de 1756 — Lisboa, 23 de abril de 1815 - foi um naturalista baiano que se notabilizou pela realização de uma extensa viagem que percorreu o interior da Amazônia até ao Mato Grosso, entre 1783 e 1792. Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/> > Acesso: Julho, 2017.

⁶ É um termo que designa um abrigo rustico, típico de climas tropicais, coberto de palha ou sapé. Também chamado de choupana, rancho, choça e tugúrio. Disponível em < <http://www.dicionarioinformal.com.br/palhoça> >. Acesso: Julho, 2017.

básicas como médicos, pedreiros e professores (MESQUITA, 1999). Algumas das construções arquitetônicas existentes neste período foram construídas de forma bastante rápida, graças ao auxílio de alguns trabalhadores brancos, uma vez que naquela época os indígenas eram escravizados e somente eles trabalhavam incessantemente com cargas pesadas.

Na passagem de tempo entre o século XVII e XVIII, mais precisamente em 1791 o governador Manoel Lobo D'Almada chegou à cidade trazendo melhorias significativas, sendo responsável por mandatos de construções de prédios para o serviço público. Estes já eram constituídos da arquitetura portuguesa, não fugindo dos parâmetros da corte colonizadora na época. Encaminhou também o melhor funcionamento de estabelecimentos comerciais, que estimularam a comercialização da cidade importando algodão, fécula de anil, cordoalha e outros. Assim tornava-se mais rápido e continuo o desenvolvimento da Vila (MESQUITA, 1999).

Mesmo mediante a isso, o lugar ainda era descrito por viajantes que passavam pelo local. Com o desenvolvimento arquitetônico que agora começara a eclodir, o padre José Maria Coelho em 1823 descrevia como uma população rústica e bastante reduzida, mas não deixara de notar que a Vila já possuía '*nobres edificios*' o que chamava a atenção por serem de *alvenaria*, e coberto por *telhas* e não por *palhas* (figura 2), uma vez que naquele período era muito maior a probabilidade de incêndios se alastrarem de forma ligeira.



Figura 2. Vista aérea de Manaus retirada do álbum de comemoração de 310 anos da cidade. Corrêa Lima.
Fonte: Acervo IPHAN.

Em 1828, as obras públicas começaram a se destacar. A população havia aumentado significativamente para três mil ‘almas’⁷ e as edificações já presentes no local eram “*um hospital grande e bem edificado de construção recente; a igreja pouco ornada e ficava em frente ao rio; tendo hum largo de frente e o quartel ao pé, atraz do qual e hum pouco mais abaixo está o Forte*” (Henrique Lister Maw apud MESQUITA, 1999:27).

Durante os anos de 1828 até o início do século XIX, a Vila de Manaus sofreu mais mudanças significativas. Muitas delas estavam relacionadas a serviços públicos: Iluminação, calçamento de ruas, arborizações, divisões dos pequenos cursos de água (igarapés) que cortavam a cidade, edifícios públicos, edifícios particulares de até dois pavimentos, agrupamento militar e comercial, saneamento básico, praças e até a divisão das comarcas pelo governo paraense: Grão-Pará, Alto Amazonas e Baixo Amazonas (LOUREIRO, 2007).

Em 1848, a Vila foi promovida a cidade, e passou a se chamar ‘Cidade da Barra do Rio Negro e em 5 de setembro de 1850, elevada a categoria de província e denominada ‘Cidade de Manaus’ (MESQUITA, 1999). O início do século XIX foi o período no qual a cidade de Manaus passou a despertar um grande interesse de todas as partes, mas principalmente internacional. Neste momento houve o despertar de todos os tipos de pessoas que foram atraídas para a cidade por conta dos seus aspectos físicos e curiosos. O clima, não menos importante, acionou diligência dos externos, uma vez que nunca haviam conhecido locais onde as “*manhãs ensolaradas e noites de plenilúnio*⁸ *vestem-na de roupagens deslumbradoras e criam-lhe aspectos inéditos...*” (MAIA, 1938:12).

Mesmo que ainda apresentasse irregularidades em aspectos geográficos, como referem alguns historiadores – os desníveis de terreno – e as irregularidades presentes nas condições naturais dos igarapés que cortavam a cidade, as ruas ainda não possuíam calçamentos e eram bastante esburacadas. A arquitetura da cidade mudou intensamente. Brasileiros de outras províncias se instalaram e começaram a mudar a paisagem com a construção de casas com condições mais sofisticadas, o comércio obtinha mais resultados e a cidade cresceu uniformemente. Outro fator interessante foi o chamar a

⁷ Este termo foi utilizado pelo tenente inglês Henrique Lister Maw no livro de Otoni Mesquita, que se referia dizer três mil pessoas que já habitavam a barra naquele período.

⁸ *Plenilunium* é uma noção da língua latina que chegou a nosso idioma como plenilúnio. O plenilúnio é, simplesmente, a Lua cheia: a fase durante a qual o satélite da Terra pode ver-se totalmente iluminado a partir do nosso planeta. Disponível em <<http://conceito.de/plenilunio>>. Acesso: Agosto, 2017.

atenção de uma cidade tão pequena e distante de todas as outras, mas que contava uma considerável miscigenação (a população agora aumentara para cinco mil pessoas) e não havia entre os novos habitantes depois da Barra – já em ruínas – um cidadão se quer completamente europeu (MESQUITA, 1999).

Houve a gestão de governadores e idealizadores que contribuíram para o melhoramento da cidade, entre eles, podemos citar João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1778-1861), Herculano Ferreira Penna (1800-1867), Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), entre outros.

Os serviços públicos eram considerados precários e apesar do crescimento da cidade, estes só foram disponibilizados e colocados em execução quando a população reivindicou melhorias, uma vez que quanto mais cresciam as habitações mais estes serviços necessitavam com urgência serem colocados em prática para melhorar as condições de vida.

A iluminação foi um dos primeiros serviços a sofrer um grande avanço. E esta fora responsável pelas mudanças da vida noturna e moderna da cidade (MESQUITA, 1999:105). Antes da iluminação elétrica, Manaus teve outros tipos de serviços de iluminação pública, desde o gás carbônico a gás-globo. Até que revigorasse uma nova discussão de um novo sistema de iluminação que seria elétrica apenas em 1884. Em seguida, o serviço público que contribuiu para a organização da cidade foi o abastecimento de água, fator favorável para a população, pois a cidade era cortada por muitos igarapés que ainda não haviam sido aterrados neste período, acontecendo em meados de 1883 à instalação de água encanada por todo o território manauara.

A cidade não possuía calçamento de ruas neste momento, mas não atrapalhava o comércio nem o transporte. As árvores começaram a ser plantadas para condicionar o esfriamento e ventilação das ruas. Ainda neste período foram criadas leis que proibiam a retirada de árvores próximas dos igarapés e de pequenas vielas. Leis essas que se não fossem cumpridas, suas penalizações iam de quatro a cinco dias de multa, prestando o indivíduo serviços para o estado ou pagando em contos de reis e suspensos de quaisquer outras atividades empregatícias (LOUREIRO, 2007).

Manaus já possuía construções responsáveis pela circulação econômica da cidade como, por exemplo: pequenos portos, fábricas de louças, armazéns, fábricas de algodão e telheiros, entre outros. O primeiro presidente da Barra de São José do Rio Negro, Tenreiro Aranha, escreveu um relatório onde constavam lamentações sobre as péssimas condições de serviço público em que se encontrava a cidade e juntamente com

o seu vice-presidente Manuel Gomes de Miranda, decretou que houvesse andamento de obras públicas com urgência, mesmo que ainda faltasse a presença de um engenheiro. Entre essas obras estavam a Igreja da Matriz, um cemitério e pontes que faziam o transporte de diversos transeuntes (MESQUITA, 1999).

O período de obras públicas na cidade não se fundamentou apenas na construção de edifícios. Quando o período de urbanização da cidade ocorreu, foi como um ‘estalar de dedos’, uma forma desacerbada de crescimento em âmbitos variados, e através disso fora constituído de meios e leis utilizados para a melhoria completa do que antes era uma pequena Vila. Não houve foco apenas no que se dizia necessidade naquele momento, mas também foram investidos em outros artifícios para que a cidade se mostrasse bem vista e moderna, podendo ser igualada as outras capitais da província.

1.2 MANAUS DO FINAL DO SÉCULO XIX E O PROJETO DE EMBELEZAMENTO

Em 1890, chegou a Manaus Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900) a mando do Capitão Ximeno de Villeroy, o primeiro republicano que fora designado pelo governo provisório do Amazonas o convidara para integrar a alta administração do comando militar. Em 3 de novembro do mesmo ano, Eduardo Ribeiro assumia a administração pública da cidade dando início ao seu grande reconhecimento em todo o território do Alto Amazonas, admirado por seus grandes ideais defendidos e projetos consolidados tendo por intuito tornar um pequeno vilarejo em grande espaço de modernidade e embelezamento lucrativo internacional.

O ‘projeto de embelezamento’, assim citado por muitos historiadores consistiu em políticas de mudanças paisagísticas enquanto a cidade passava por grandes fins lucrativos, resultado do período áureo da borracha com a proposta de alcançar a modernidade e o progresso. Este projeto estava ligado inteiramente a solicitações escritas para o governo da província que declaravam as obras públicas em estado de emergência, e devido às manifestações do povoado que passavam por situações precárias com relação ao saneamento básico e surtos de doenças (LOUREIRO, 2007).

O período no qual a cidade de Manaus estava sob a administração do governador Eduardo Ribeiro foi o tempo considerado mais próspero do Estado do Amazonas. Seus posicionamentos e sua organização o tornaram conhecido e seu caráter criterioso para

com o melhoramento da cidade abriu portas para que as obras públicas se desenvolvessem de forma mais rápida e gradativa, visualizando o crescimento da cidade. Foi uma fase transformadora para o Amazonas.

Entendemos que neste período as políticas de embelezamento agiram diretamente nas intervenções urbanas que foram efetivadas nos igarapés que cortavam a cidade de Manaus. De início, a gestão do governo estava preocupada em igualar a cidade com as demais capitais, trajando a rigor os modelos de roupas, os luxuosos quiosques, as grandes arquiteturas europeias, entre outros, trazendo também a mão-de-obra externa especializada para a economia do látex.

Todavia, essas políticas começaram a surtir novos e positivos efeitos. Com o aterro dos igarapés, houve o encerramento da proliferação do mosquito transmissor da febre amarela, o que causou muitas mortes no fim do século XIX. Neste momento também já tratavam de providenciar o sistema de saneamento básico apropriado, e automaticamente melhores condições de higienização foram implantadas, diversas pessoas tiveram melhorias em suas habitações (casebres⁹), surgiram novos projetos de arborização que se disseminou pela cidade e ruas mais largas e amplas para o transporte de cargas foram projetadas (LOUREIRO 2007).

A preocupação também era a satisfação da elite que já habitava o local, uma vez que deles dependiam a comercialização, por essa razão, os impactos sociais consistiam em tirar os desfavorecidos das adjacências do comércio para que não tivessem que residir no mesmo lugar que os pobres (MESQUITA, 2006).

Essas políticas que se associaram com a ideia dos saneamentos básicos e higiene pública contribuíram para que a cidade se tornasse a verdadeira imagem de vitrine em que as ‘grandes’ e ilustres presenças (governadores que vinham até Manaus) pudessem ‘julgar o livro pela capa’.

Hoje, grande parte das obras públicas da cidade são características deste período. Estão ligadas a lembranças palpáveis, memórias no centro da cidade e adjacências. Diversos pesquisadores citam Eduardo Ribeiro como um homem corajoso e de posição decisiva para a cidade. Luís Miranda Corrêa, por exemplo, cita:

Não foi pequeno o seu trabalho. Se por um lado os cofres do estado forneciam recursos financeiros necessários, por outro lado, em material humano era de desanimar (...). O governador, entretanto, não se deixava intimidar (...) desde material de construção à mão-de-obra. E inicia ao mesmo

⁹ São casas pequenas, que não apresentam conforto; geralmente muito pobres. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/casebre/>> Acesso: Julho, 2017.

tempo, um grande número de prédios que estavam fazendo falta a cidade em expansão. (CORRÊA, 1969:35).

Antes que começassem os conflitos políticos de Eduardo Ribeiro e outros governantes do Baixo e Alto Amazonas que estavam insatisfeitos com o trabalho que havia realizando, inaugurou-se a Ponte Benjamin Constant, um monumento arquitetônico que na época já apresentava os padrões que foram levantados para a modernização de Manaus.

A ponte está caracterizada pela sua localização que desde o momento em que fora planejada em 1893 e erigida no período de 1895, pois não mudou de local, apenas de estrutura. Logo após sua inauguração, e o fim do mandato do governador que enfrentou diversos opressores e sofreu injustiças como acusações de fraudar eleições e desvio financeiro, em 14 de outubro de 1900, espalha-se a notícia de que o governador havia se suicidado. Porém, Eduardo fora encontrado morto enforcado em um punho de rede em uma posição que levantou suspeita de um possível assassinato e não suicídio (MESQUITA, 1999:141).

Em 1900, iniciou-se a fase pós-Eduardo Ribeiro, onde surgiram diversos problemas ambientais, inclusive nas adjacências a Ponte Benjamin Constant, onde passar o igarapé Mestre Chico. À medida que os aterros se consolidavam pela cidade (graças a continua contribuição do governador José Ramalho Júnior), a vegetação primária sucumbia, causando danos à paisagem e a população. O natural, comumente falado “selvagem”, fora esquecido e dava-se um novo olhar a capital amazonense (figura 3).



Figura 3. Manaus, 1902, boa parte já aterrada. Fonte: Acervo IPHAN – Anuario de Manaus, 1913-1914.

Ao que tudo indica, as pessoas que vinham de fora tinham um olhar ignorante ou até mesmo preconceituoso por assim dizer, para com o que era natural, pois consideravam sujos os ambientes que possuíam muitas folhas. O “indígena” que compunha a cidade, era transparecido por um grande aldeamento de brancos. Pesquisadores e viajantes da época obtinham um olhar crítico e criterioso mediante a cidade, pois entendiam que o grande desenvolvimento da mesma foi inteiramente estrangeiro. Em notas de Lallemant¹⁰ descreveu:

Nota-se que apesar do aspecto da cidade e da formação étnica de sua população, procuravam valorizar os traços europeus e esconder as características de origem nativa, deduzindo-se que tornar a cidade ‘mais civilizada’ era vestir-lhe uma aparência europeia, através das obras públicas. (Lallemant apud MESQUITA, 1999. p 38).

Sabemos que grande parte do que se construiu cidade de Manaus, foram apreços políticos que são aderidos e costumam intervir em grande parte dos planejamentos de cidades até a temporalidade presente. As estruturas sociais, econômicas, culturais, materiais se desenvolveram em tempos distintos, todavia todos envolvem uma série de perspectivas correlatas ao crescimento urbano da cidade. O surto de urbanização de fato aconteceu, mas não com incentivo interno, e sim externo, gerando uma grande ‘camuflagem’ de quem verdadeiramente somos. Será indígena ou será europeu?

Deu-se início ao século XX, onde a cidade de Manaus medrou de forma rigorosa e bastante consistente ao termo “contemporaneidade”. A ponte Benjamin Constant continua pertencente à cidade, com problemáticas referentes à valorização, pois sendo um patrimônio encontra-se em uso direto da população, mas não possui manutenções para que haja usufruto correto de sua estrutura e estética.

A estética, não menos importante, era um dos fatores que no período das políticas de embelezamento chamavam a atenção das pessoas de fora da capital para que pudessem migrar e compor a população interna. Atualmente, poucos se preocupam com este fator, e não há necessariamente a preservação e restauração deste patrimônio, fatores indispensáveis que seguem acompanhados a estética para que possa ser mantido.

No capítulo seguinte será realizado um panorama patrimonial do monumento Ponte Benjamin Constant, que segundo dados bibliográficos é um marco histórico do período de mudanças na cidade de Manaus, a partir das obras realizadas pelo o

¹⁰ Robert Christian Barthold Avé-Lallemant (Lübeck, 25 de julho de 1812 — 10 de outubro de 1884) foi um médico e explorador alemão participante das expedições de Dom Pedro II. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Christian_Av%C3%A9-Lallemant>. Acesso: Julho, 2017.

pensador, o governador Eduardo Ribeiro e que nos últimos anos foi considerado bem tombado pelo Governador do Estado do Amazonas na gestão do então governador Amazonino Mendes.

2 APORTES TEORICOS

Tratar com a palavra desenvolvimento dentro da arqueologia é abranger diversas formas de práticas metodológicas para o desdobramento dessa ciência social. Sabendo que na arqueologia estuda-se a cultura material referindo-se ao trabalho humano podendo remeter seus costumes, tradições, crenças e explorações.

O estudo da cultura material como aborda Bruce C. Trigger é explicar partindo do materialismo as estruturas espirituais de uma sociedade e outros fatores que compõem suas estruturas, sendo a principal delas as relações de poder (ORSER, 1992). Na medida em que a arqueologia se aproxima do materialismo estudando o antigo, passa-se a focalizar também a relação de poder das estruturas no presente.

Analisar os métodos e técnicas que são empregados dentro da arqueologia é uma das contribuições do arqueólogo. À medida que se é imposto a materialização dos comportamentos humanos, artefatos e vestígios arqueológicos distribuídos em um espaço, o profissional atuante necessita compreender com olhares diferenciados as formas possíveis de metodologia e prática.

O posicionamento do arqueólogo é extremamente importante no desenvolvimento da disciplina, não somente por ser o profissional atuante na área, mas por interdisciplinarmente estar inserido dentro da arqueologia com as responsabilidades de passar a frente o conhecimento adquirido em toda a sua grade acadêmica, evoluído, e pôr em prática as teorias estudadas para que por fim sejam cumpridos parâmetros legais da profissão e para que se abram novas ideias dentro e fora da academia concernente ao mundo em que vivemos.

2.1 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

De acordo com Charles Orser, define-se arqueologia histórica como “*o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos (...) referentes a manifestações materiais do mundo e suas rápidas transformações*” (ORSER, 1992:23). A arqueologia histórica é um campo da arqueologia que procura explicações partindo do objeto de estudo do arqueólogo –

cultura material – a compreensão das diversas estruturas e relações que compõem uma sociedade.

Sendo relativamente nova em nosso período de atuação, em 1930 arqueólogos americanos já introduziam metodologias para que esta se consolidasse (ORSER, 1992). No Brasil, tornou-se conhecida nas décadas de 1950-1960, com a criação de reunião intitulada ‘*Conferência sobre a Arqueologia de Sítios Históricos*’ acontecida em Dallas nos Estados Unidos no ano de 1960 e posteriormente em 1967 a Sociedade de Arqueologia Histórica foi fundada. Estudada por diversos profissionais das áreas de ciências humanas – arqueólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos – é de extrema significância para pesquisas acadêmicas e científicas, pois vem de encontro com a cultura material deixada por gerações estudando as produções dos artefatos realizados por uma sociedade que pode ou não refletir/interferir nos contextos de desenvolvimento da atualidade.

No continente americano os profissionais da arqueologia dividem-na em dois momentos históricos: o pré-histórico e o histórico. Respectivamente, um período trata desde as primeiras ocupações na América, até a chegada dos colonizadores. O outro trata do período após a chegada do europeu em diante, explanando-se até o presente.

Apesar das muitas as áreas que podem abranger a arqueologia histórica, esta baseia diretamente – mas não exclusivamente – de fontes documentais e escritas de um tempo que trazem uma trajetória marcante de sociedades complexas podendo até assemelhar-se com outras áreas dentro da arqueologia, como arqueologia da paisagem, urbana, entre outros. De acordo com a arqueóloga Tania Andrade, “*ela decerto tem condições de contestar ou confirmar registros escritos, preencher lacunas aí existentes, precisar locais de ocorrência históricos e assim por diante*” (LIMA, 1998:90).

Por tanto a arqueologia histórica traz uma abordagem diferente em termo científico. Significa dizer que esta não estuda somente o europeu ou o indígena, ao que se refere à sociedade, não estuda somente a elite ou o clero, nem tanto focaliza somente para o período de marcação que se é imposto. Mas entre todos esses elementos citados que se estudam, utilizando a arqueologia histórica acabam se encaixando a transformações de uma civilização e criam-se novas percepções e entendimentos que somam no ponto de vista do profissional.

A prática da arqueologia histórica deve ser manifestada em todos os âmbitos. Mesmo que em suas poucas exceções que são os prédios históricos, monumentos históricos e igrejas, visando suas restaurações e preservações, deve-se perpassar essas

limitações imóveis e ressaltar não apenas os monumentos, mas as atividades habitacionais populares e o cotidiano rotineiro no geral. Assim, todos esses dados podem ser recuperados e reavaliados dentro de perspectivas multidisciplinares “*não formando apenas subsídios, mas acima de tudo refazendo, reinterpretando a história do Brasil. Esta a função primordial da arqueologia histórica*” (LIMA, 1998:96-97).

Desta forma, a arqueologia histórica é pertinente no presente estudo de caso da ponte Benjamin Constant, uma vez que sendo demarcada por um período de tempo, ainda permite-se estar presente de modo acessível e ressignificativo dentro da contemporaneidade manauara.

A ponte Benjamin Constant é caracterizada por um período de grande custeio financeiro e próspero da cidade. Avaliar a sua importância na atualidade leva-nos a ter novos olhares compreensivos referentes ao seu passado. Em que contexto social e/ou político a ponte fora construída? O que representou a sua construção para os moradores da época? O que representa para a sociedade manauara atual? Através disso devemos analisar as características da visão de status culturais, históricos, o âmago das populações adjacentes à ponte, suas transformações ao longo do tempo e por fim sua real importância de estar inserida dentro de uma sociedade diferenciada relativo ao tempo que fora erigida.

2.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Patrimônio, palavra de origem latina vem de *patrimonium*, que se referia entre os romanos a tudo o que pertencia ao pai, *pater*, e podia ser legado por herança. Na segunda metade do século XVIII com o surgimento do Estado Nacional o patrimônio adquiriu um conceito moderno, onde para fazer parte de uma nação, o conjunto de cidadãos deveria compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território; partindo deste ponto, fez-se a invenção de uma cultura nacional que não podia prescindir apenas de bases materiais. Deste modo o conceito de patrimônio saiu do âmbito privado e passou para o público, sendo entendido como um bem material concreto, de alto valor material e simbólico para a nação (LEMOS, 1981).

No século XX, após a segunda guerra mundial, vieram novos interesses para o centro da ação social e política havendo a valorização da diversidade ética cultural, e do meio ambiente. Assim, o próprio conceito de patrimônio passou a ser pautado em

referenciais culturais dos povos, além do material, criou-se percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis que entendemos por expressões, práticas, conhecimentos, representações e técnicas que fazem parte da memória social, fator no qual a arqueologia demonstra todos os esforços para conhecer de forma profunda a relação da boa salvaguarda de nossas memórias futuras.

A palavra patrimônio é frequentemente empregada no nosso cotidiano. Falamos de patrimônio todas às vezes que nos referimos a algo de extremo valor, seja imobiliário, financeiro, automobilístico, seja cultural, arquitetônico, entre outros. Está ligado diretamente ao que se define com ‘propriedade’ quando na verdade, não é apenas isso. A noção de patrimônio vai além do material, convém dizer que o intangível também faz parte dessa abordagem uma vez que devem ser contrastadas cuidadosamente essas diferenças.

Sabemos que o material são as estruturas espaciais, ou seja, que ocupam um espaço e um valor representativo. Enquanto o imaterial apresenta-se como uma construção moderna de preservação por meio de registros e acompanhamentos destas que conhecemos como comemorações folclóricas, conhecimentos culinários, entre outros.

De acordo com Souza (1981), o conceito de patrimônio histórico é definido como um bem cultural que é produzido por um determinado povo, nação ou civilização. Outros autores como, por exemplo, Françoise Choay traze-nos uma reflexão sobre este conceito:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. [...] Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todo o patrimônio histórico representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinônimas (CHOAY, 2001:11-2).

Com base no que foi formulado no Decreto Lei nº 25 de 1937 no Art. 1º -
 “*Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e*

imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Os patrimônios históricos da cidade de Manaus caracterizam-se por fazer parte de um grande conjunto de monumentos arquitetônicos históricos, sua grande maioria entregue ao esquecimento, mas mesmo mediante a esta realidade perduram no tempo, em alicerce, em imponência ou beleza, praticamente todos considerados reflexos de um período bastante prospero da cidade.

2.3 MONUMENTOS HISTÓRICOS

Monumentos históricos existem em diversas partes do mundo. Atendem por esse nome, pois são utilizados para definir um local, objeto, construção ou representação artística de um bem que recebe do poder jurídico, a destinação de proteção principalmente por conta do seu valor histórico/nacional podendo ser também de interesse artístico ou arquitetônico dignos de homenagens e outros fatores de enaltecimento.

Define-se ‘monumentos históricos’ no Artº. 1 da convenção Unesco de patrimônios e monumentos históricos como:

Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; edifícios ou objeto mobiliário pertencente a uma coletividade ou a um particular, e que, pelo seu valor histórico ou artístico, é submetido a um regime jurídico especial, com a consequente classificação administrativa que tem como finalidade assegurar sua conservação (UNESCO, 1972).

Os monumentos históricos são comumente citados todas as vezes que tratamos de patrimônio, a autora Françoise Choay afirma que “*o patrimônio é representado pelas edificações (...). Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinônimas.*” Isso porque, o que é definido como um monumento é um bem concreto, palpável. Sendo bastante curiosa esta afirmação, pois afinal, os monumentos históricos têm suas diversas classificações, ora podem ser não apenas utilizados para simbolizar, mas também para resgatar memórias.

A palavra monumento vem do latim *monumentum*, que deriva de *monere* que significa ‘recordar’. É o que perpassa a memória. De acordo com Françoise Choay:

Não se trata de fazer verificar, de fornecer informação neutra, mas de excitar pela emoção, uma memória viva (...) a especificidade do monumento prende-

se então, precisamente como o seu modo de ação sobre a memória. Não só ela a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da efetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar a maneira do presente... O monumento conjura o ser do tempo (CHOAY, 1982:76).

A ponte Benjamin Constant, é um monumento histórico do Estado do Amazonas, construído no início do século XIX, pertencente à cidade de Manaus, tombada pelo decreto de nº 11.199 de 14 de junho de 1988, sob a jurisdição do ex-governador do Estado, Amazonino Mendes, alegando a sua guarda e proteção exclusiva do conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra tombamento significa “*pôr (o Estado) sob sua guarda, para conservar e proteger (bens moveis e imóveis cuja conservação e proteção sejam de interesse público)*”. Este é um ato que trata de reconhecimento histórico de um bem, transformando-o de privado para público e instituído de propriedade, passando a figurar ou validar bens que tiveram sua importância seja histórica ou cultural, artística ou nacional que é reconhecida por algum órgão Estadual.

Previsto no art. 216, § 1º da Constituição Federal: “*O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*”. O tombamento é uma modalidade de intervenção estatal na propriedade que se destina a proteger o patrimônio cultural brasileiro, incluído neste a memória nacional, bens de ordem histórica, artística, arqueológica, cultural, científica, turística e paisagística.

Em outras palavras, tombamento é um ato efetivo de restrição. Geralmente, é de conhecimento público e tem a responsabilidade de resguardar/restringir algo de valor para a sociedade. Restringir-se de algo é zelar pela memória e conservação. Uma vez que passa a se tornar de conhecimento público, é constituído como um bem que deve ser de responsabilidade de todos. Um cidadão que está inserido dentro de uma sociedade faz parte do desenvolvimento da mesma, assim também cabe mediante as leis e em coletividade preservar a história.

O ato de tomar, também chama a atenção pelo fato de restringir não apenas o monumento em si, mas também a proteção da área ao redor fazendo com que seja mantido da melhor forma possível e para que mantenha suas características originais. Existem diretrizes gerais para a proteção da área tombada que inclui todos os conjuntos morfológicos envolto do monumento sob responsabilidade do DEPAM (Departamento

de Patrimônio Material e Fiscalização) onde especificam que áreas verdes devem ser mantidas e preservadas, ruas adjacentes e traçados urbanos devem permanecer intactos, requalificações arquitetônicas devem ser mantidas da melhor forma possível sem fugir dos parâmetros originais, os mobiliários urbanos da época (postes, quiosques, gradis) devem ser mantidos, preservados valorizados, entre outras. (IPHAN, 2008).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é “*uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras*” (IPHAN, 2015). Possui 27 superintendências uma em cada unidade federativa, que responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens brasileiros. Em Manaus está localizado na Avenida Travessa Vivaldo Lima, próximo ao Complexo Portuário da cidade.

Foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da lei nº 378 assinada pelo presidente Getúlio Vargas, e nos dias de hoje suas atuações têm evoluído para sempre contribuir com os marcos legais de preservação do patrimônio (figura 4). Em 1988, a Constituição Brasileira¹¹, citando em seu artigo 216 define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, de fazer e viver. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento (IPHAN, 2015).

¹¹ A Constituição regula e organiza o funcionamento do Estado. É a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição. Disponível em: < http://www.suapesquisa.com/o_que_e/constituicao.htm>. Acesso: Julho, 2017.

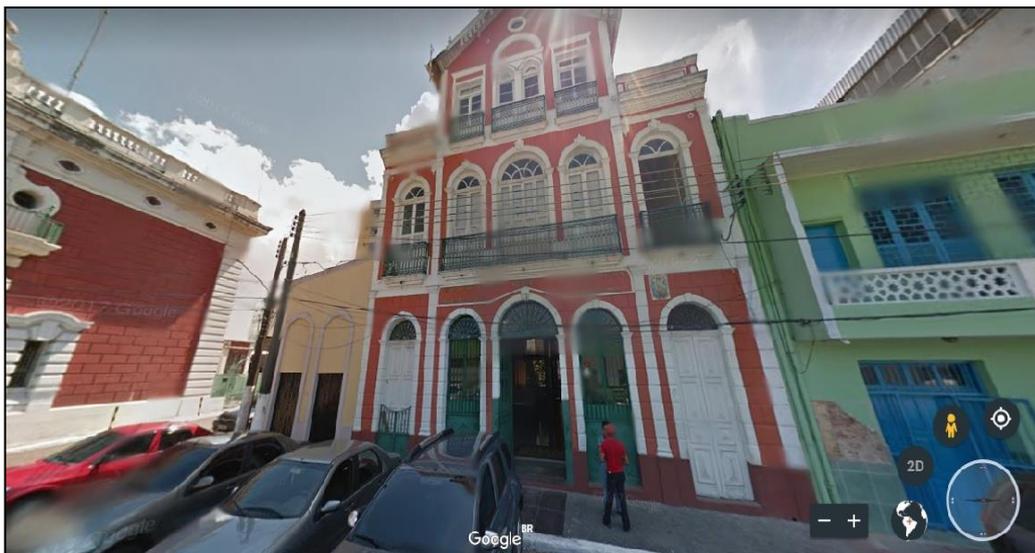


Figura 4. Vista via satélite do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@3.13557873,60.02825046,34.15670654a,0d,90y,0.1660569h,107.09689928t,0r/data>>. Acesso: Agosto, 2017.

O DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – “*é a instância que zela pelo Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza material e visa garantir sua preservação e usufruto, presente e futuro, pela sociedade*”. (IPHAN, 2015). Tem por finalidade propor diretrizes, critérios e normas para que haja a conservação dos bens de natureza material. Cabe também a este órgão o gerenciamento de programas, projetos e ações nas áreas identificadas para que possa se expandir o reconhecimento do patrimônio.

Age diretamente como um órgão considerado “descentralizado” o CNA – Centro Nacional de Arqueologia – porém caracterizado com uma unidade especial e integra do IPHAN, no qual fora estruturada com três tipos de coordenadorias: a primeira é intitulada Coordenação de Normas e Acautelamento, que visa à **proteção** do patrimônio. A segunda conhecida como Coordenação de Pesquisa e Licenciamento, que é responsável por explicar o **conhecimento**. E a terceira, a Coordenação de Socialização do Patrimônio, que trata de mencionar diretamente a **difusão** do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (IPHAN, 2008).

Importante ressaltar a classificação do patrimônio material e cultural que podem ser isolados ou em conjunto, imóveis, integrados, históricos, sítios urbanos, arqueológicos, etnográficos, ferroviários, turísticos, entre outros. Cabendo ao DEPAM o tombamento destes, inclusive o centro histórico de Manaus (figura 5), cujo os limites fica próximo ao perímetro da Ponte Benjamin Constant.



Figura 5. Imagens de alguns dos monumentos que fazem parte do TOMBO histórico de Manaus. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/163?eFototeca>>. Acesso: Agosto, 2017.

2.4 RESPONSABILIDADES SOBRE A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO – PRECEITOS LEGAIS

Preceitos são princípios ou normas estabelecidos por lei, que podem estar relacionados com as liberdades, garantias e direitos dos cidadãos. Existem preceitos relacionados com a legalidade, igualdade, liberdade, ampla defesa e do contraditório. São fundamentais e em seu significado amplo, aderir à palavra ‘rigor’ ou ‘minúcia’, para políticas de preservação do patrimônio.

No Art. 24. Parágrafo VII e VIII da Constituição da República Federativa do Brasil menciona: “*Compete à união, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico*”.

Quando falamos de patrimônio, já citado anteriormente, referimo-nos ao que está ligado e que se passa de geração a geração, e perpassa sua temporalidade. Todavia, para que isso aconteça faz-se necessário perpetuar o patrimônio. Pode-se dizer que isso deve ser feito através de um ato de coletividade, o tombamento.

O ato de perpetuar, melhor dizendo, fazer com que se torne duradouro, encaixa-se também no manter preservado. A preservação é de extrema importância para o avanço da sociedade, e está inserida em todos os aspectos sociais e temas correlatos a

estes: cultura, patrimônio, bens representativos, práticas sociais, ritualísticas, processos civilizatórios, entre outros.

Diversos autores concluem que as sociedades fazem suas devidas opções pelo patrimônio que deseja preservar – manter em conservação – e isso, tem ligação direta com o que pode ou não extinguir ou banir de um contexto abordado por uma sociedade. Paulo Feitoza cita: *“cada grupo dirá o que deseja preservar como reflexo da sua identidade, constituindo, desse modo, o seu acervo identitário patrimonial”*. (FEITOZA, 2010:11).

A importância de preservar o patrimônio na sociedade contemporânea fica de lado no cotidiano, uma vez que a própria sociedade não se pondera da relação entre ambos (patrimônio e identidade). Significa dizer que para aqueles que não possuem apreço ou qualquer ação de zelo, não existe a necessidade de preservação, pois alegam *“isto não aparenta ser nosso!”*. Em outras palavras, só preservamos o que nos mostra o reflexo, ou aquilo no qual nos vemos inseridos nele.

Como então preservar algo tão antigo se não fizemos parte de sua criação? Estar inserido neles não significa dizer que precisaríamos estar presentes em sua criação, mas a partir do momento que usufruímos destes, seja em local de trabalho, seja em instituições particulares ou públicas, seja como meio de transporte ou vínculo de uso, quaisquer estes que sejam, temos por direitos e obrigações zelar pela história no qual este fora constituído.

O patrimônio é gerenciado de vários projetos de leis pelo IPHAN, que são voltados tanto para os recursos históricos quanto para os arqueológicos, tendo diversas finalidades, mas principalmente a preservação e especificamente para artefatos, monumentos históricos (podendo ser indústrias ceramistas, líticas, cemitérios, sambaquis, artes rupestres), paisagens (rios, faunas, floras) e folclore.

Descrito na Constituição é de competência do Estado e de cada cidadão preservar o patrimônio. No art. 125º parágrafo IX cita: *“promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”*. E ao que compete ao desenvolvimento e políticas urbanas, no artº 136 cláusula primeira:

As funções sociais da cidade são compreendidas como os direitos de todos os cidadãos relativos a acesso à moradia, transporte público, comunicação, informação, saneamento básico, energia, abastecimento, saúde, educação, lazer, água tratada, limpeza pública, vias de circulação em perfeito estado, segurança, justiça, ambiente sadio, preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural.

O IPHAN é o órgão constitucional que auxilia o trabalho e desempenho do arqueólogo. A diversidade de normas que competem à formação administrativa desta associação federal gera meios para que contribuam não somente com este profissional, mas aderido à forma multidisciplinar e positiva, tendenciosamente ao zelo e a execução do que se é aprendido na teoria e na prática de suas formações acadêmicas.

2.2.4 Problemáticas do patrimônio histórico em Manaus

O desenvolvimento da cidade de Manaus na atualidade mantém-se de forma lenta em diversas áreas: requalificações de praças e ruas históricas, transportes públicos, saneamentos básicos, entre outros. O fato de não haver melhorias nem mesmo com as políticas públicas que na maior parte do tempo não estão em níveis satisfatórios, as políticas do Estado também não procedem de forma real.

Na cidade, existem numerosos bens patrimoniais, porém poucos são os listados e tombados pelo Estado e menor ainda a quantidade dos que são tombados por leis Federais. Muitos destes atualmente em usufruto: escolas públicas, museus, instituições privadas, entre outros. E outros permanecem completamente abandonados, outros desvalorizados no sentido real da palavra, sem nenhum amparo do governo. Nesse sentido, a palavra abandono está diretamente relacionada ao seu valor estético, arquitetônico e histórico e a falta de recursos para a manutenção.

Muitos estão atulhados de atos de vandalismo (pichação, estruturas originais roubadas), outros estão sendo utilizados por cidadãos que cometem atos infracionais e ilegais (uso de drogas), e não menos importante, outros apenas presentes no cotidiano urbano, mas que por vista da população, é apenas uma construção. E a ponte Benjamin Constant está inserida neste contexto.

A principal causa do abandono da ponte Benjamin Constant, hoje é sua desvalorização. Entendemos como ‘desvalorização’ a ‘falta de valor’, ou ainda ‘depreciação’ referente a algo de extremo valor. Na contemporaneidade percebemos isso por parte de muitas pessoas, essas as quais realizam práticas ignorantes como a poluição, ilegais como o vandalismo, os atos infracionais e ilícitos. Mas quais são os fatores que levam a esta desvalorização? Porque um bem patrimonial tão significativo para a cidade de Manaus, símbolo de riqueza e de desenvolvimento urbano hoje segue depreciado? Será o tempo? Ou serão as pessoas que não o valorizam?

O Código Penal Brasileiro¹² dispõe de diretrizes penais reconhecidas em todo o território nacional. De acordo com o título que dispõe dos crimes contra o patrimônio, art. 165 cita – *“Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa”* mas que na maioria dos casos não são efetivadas.

Passa desacautelado o fato de que a ponte Benjamin Constant é um monumento de grande valor histórico da cidade de Manaus, mas que está a mercê de problemáticas que são preocupantes do ponto de vista da arqueologia, sendo as principais a falta de preservação do patrimônio, a periculosidade apresentada nessa área e a abertura para prática de vandalismo. Não sinalizar para isto acaba criando certa resistência às políticas de preservação que são estipuladas, estas de extrema importância para zelar de todo e qualquer patrimônio da cidade de Manaus.

Preservar não é um ato de deixar apenas intacto, mas é também abrir um campo de possibilidades para que seja vivido intensamente, de modo que se possa através de gerações de conhecimento e materializações sobre o passado, estabelecer benefícios científicos e públicos patrimoniais (HODDER, 1999).

Com isso Hodder nos leva a uma discussão importante sobre reuso do patrimônio. Ao afirmar que a preservação de um patrimônio é mais que mantê-lo íntegro, nos sugere que a preservação pode ocorrer de forma até mais eficiente, quando este faz parte da coletividade. Nesse ponto entramos na questão da apropriação, a população precisa estar inserida no contexto de uso para que tenha noção dos benefícios patrimoniais. E mais uma vez citado, o papel do arqueólogo com as responsabilidades do zelo pelo patrimônio com o auxílio da educação patrimonial.

A educação patrimonial é um dos instrumentos de trabalho do arqueólogo que realizado em diversos aspectos, partindo de experiências e contato direto com as evidências e manifestações culturais, propicia o diálogo e a compreensão do universo em que se vive. De acordo com Maria Horta, a educação patrimonial é:

Um processo permanente e sistemático do trabalho educacional centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (...) o trabalho da Educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto

¹² Código penal é um conjunto formado por leis penais sistemáticas, utilizadas para punir e evitar os delitos criminais cometidos no âmbito social e que infrinjam as normas estabelecidas pela Constituição vigente. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf> Acesso: Julho, 2017.

destes bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1994:4).

A partir do momento em que se tem o conhecimento consistente por estes patrimônios, torna-se indispensável o processo de preservação e de fortalecimento de identidade e cidadania. Tratando-se mais do conceito de educação patrimonial, analisamos que este se torna um instrumento de “alfabetização” para que os indivíduos tenham compreensão da trajetória histórica-temporal no qual estão inseridos, podendo também ser aplicada não somente no limite temporal presente, mas sendo representativa a qualquer fator que resulte da relação entre indivíduo e meio ambiente como, por exemplo: sítios e monumentos históricos ou arqueológicos, paisagens naturais, conjunto de bens, áreas de proteção ambiental, área artesanal, tecnológicas, entre outros (HORTA, 1994).

A ponte Benjamin Constant é o objeto real de uma rede de relações sociais, históricas e políticas que foram produzidas em uma determinada época, que nos fora deixada como informação significativa da sociedade que a erigiu, mas que hoje é considerada dissipada. Essas relações envolvem uma grande rede de significados desde a sua fabricação/criação até a sua utilização e interpretá-los amplia a nossa capacidade de compreender o mundo e a capacidade da criação humana movida pelo utilitário, pelo artístico, pelo simbólico e material.

Através dessa perspectiva, na esteira da história, o próximo capítulo versará principalmente pela localização e a área de estudo, sendo um monumento físico e arquitetônico que reflete um período recuado, mas demarca o período histórico de um povo. E esse povo, na verdade, são as memórias raras que estão na escrita por meio de livros e artigos ou em cada olhar contemporâneo, que hoje estão residindo na área direta onde se encontra a Ponte Benjamin Constant, no bairro da Cachoeirinha.

3 A PONTE BENJAMIN CONSTANT

A ponte Benjamin Constant foi projetada em um período em que se fez extremamente necessário à construção de pontes, para que houvesse a maior facilidade de deslocamento e de comunicação entre os cortes dos igarapés que compunham a cidade de Manaus no período de solidificação da mesma como uma cidade (COSTA, 2006).

Em 1852, a província Amazonense já possuíam pontes de madeira que necessitavam de reparos constantemente, pois apresentavam riscos de fatalidades. A

madeira, como matéria-prima, não aguentava de forma rígida às águas dos igarapés que cortavam a cidade naquele período, e menos ainda a ação do tempo, já que é um material natural que com o passar dos anos torna-se perecível.

No início do século XIX, a malha urbana da cidade tinha passado por várias mudanças. Houve o alargamento das ruas e dos igarapés, tornando-se mais numerosos e conseqüentemente houve a necessidade de outras pontes maiores e seguras. De acordo com a arquiteta Graciete Costa, quando Eduardo Ribeiro incluiu o plano de embelezamento da cidade, já estava inserido a instalação de pontes que de fato melhorariam a movimentação nas cercanias. Sendo assim, no período de 1893-1894, ocorrendo a liberação financeira para dar início à construção de novas pontes “*sendo duas de alvenaria e duas de ferro*” (COSTA, 2006:202).

Em 1870, a repartição do setor de obras públicas, então na gestão de Luiz Martins da Silva Coutinho¹³, passou a sugerir que fossem aderidos os sistemas de alvenaria com a utilização de pedras e cal, o que apresentava maior segurança e uma melhora na estética das pontes existentes na cidade, porém a sugestão não foi acatada (COSTA, 2006). Durante os anos seguintes o sistema que consistia na construção de pontes com madeira continuou sendo realizado. Circunstancialmente, em meados de 1884, foi descrito pelo presidente José Paranaguá¹⁴ a existência de 6 (seis) pontes de madeira e apenas uma de ferro na cidade de Manaus (ponte dos remédios, hoje já extinta).

Dado início de sua construção no ano de 1893 e finalizada no ano de 1895, A ponte *Pênsil*¹⁵ *Benjamin Constant* (figura 6), foi inaugurada no dia 7 de setembro do mesmo ano (LOUREIRO, 1999). Recebeu este nome no dia 4 de julho de 1896 através do decreto 3 autorizado pelo superintendente municipal Raimundo Afonso de Carvalho, em homenagem ao professor do então governador Eduardo Ribeiro na escola Militar do Rio de Janeiro, sendo um dos ativistas do movimento da proclamação da República, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (DUARTE, 2009).

¹³ João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), engenheiro civil e militar que atuou em diversas expedições pelo mundo destacando-se por suas demarcações em áreas pouco conhecidas na Amazônia (<http://www.scielo.br/scielo.php> - acessado em 02 de agosto de 2017).

¹⁴ Presidente da Província do Amazonas assumiu a administração em 17 de março de 1882. Foi o incentivador do fim da escravatura na província. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> >. Acesso em: Agosto de 2017.

¹⁵ Termo utilizado para estruturas básicas dos ingleses que significa *suspense* ou *pendurado*. Construído sobre colunas (AURÉLIO, 2010).



Figura 6: Ponte Benjamin Constant, visão lateral, período aproximado 1918. Fonte: CD Manaus Antiga de Jorge Herrán. Acervo Iphan.

Posterior a sua nomenclatura oficial, a ponte ficou conhecida com outros nomes que são popularmente citados: **Ponte da Cachoeirinha** (por estar fazendo a divisa entre o bairro cachoeirinha e o centro da cidade), **Ponte Metálica** (por conta de toda sua estrutura que é revestida de metal), **Terceira Ponte** (devido a sua localização próxima a outras duas pontes presentes na avenida conhecidas hoje como Pontes Romanas I e II, existentes desde 1876 chamadas anteriormente de “Itacoatiara”), entre outros.

Sua primeira estrutura basal foi revestida de paralelepípedos¹⁶ de madeira. Mais tarde, foram utilizados paralelepípedos de granito, matéria prima que oferecia mais segurança por sua resistência, sendo em 1926 calçada de macadame¹⁷. Sua estrutura central consiste em ferro grosso e resistente, trazido para Manaus no contexto da comercialização da borracha entre os ingleses, portugueses e espanhóis, fabricado pela empresa inglesa *Dorman Long & Co*¹⁸, sendo habitualmente denominada e menos atendida pelo nome **Ponte inglesa**. A ponte Benjamin Constant conta com vão central de 60m e 2 vãos de 30m e treliças, com largura de pista de 10,5m e total de 14.5m (figura 7).

¹⁶ Pedra de calçamento de ruas, que tem a forma de um paralelepípedo de corte retangular (AURÉLIO, 2010).

¹⁷ Processo de revestimento de ruas e estradas que consiste numa mistura de pedras britadas, breu e areia, submetida à forte compressão (AURÉLIO, 2010).

¹⁸ *Dorman Long & Co. Ltd* foi formada por Arthur Dorman e Albert de Laude Long em 1875, no nordeste da Inglaterra, conhecidos como fabricantes de aço fundido resistente e metais. Constituída de engenheiros e construtores especialistas em pontes. Disponível <<http://www.dormanlongtechnology.com/en/Dorman%20Long%20historical%20information.htm>> Acesso: Agosto, 2017.

Na cidade de Manaus, a ponte se destaca por sua forma majestosa, cercada de elegância e de um design estrutural diferenciado atendido pelo nome de *treliças*, (terminologia arquitetônica usada em engenharias estruturais que consiste em unidades triangulares cujas extremidades são ligadas como ‘nós’, podendo ser aplicados em madeiras, ferros, aços, entre outros), sendo a maior ponte caracterizada assim por sua posição horizontal e sustentação feita por pilares. No final do século XIX, destacava-se também pelo modelo arquitetônico que favorecia a paisagem, apresentando “*uma bela vista sobre o igarapé com seus pequenos barcos e suas margens arborizadas*” (COSTA, 2006:203).



Figura 7: Ponte Benjamin Constant, AM. Fonte: NUNES, Kevelin. Junho, 2017.

O desenvolvimento da malha urbana é um fator que demarcou diversos estados do Brasil, principalmente os estados que estavam em desenvolvimento populacional. De acordo com diversos autores (COSTA, 2006. DUARTE, 2009. MESQUITA, 1999) que descrevem a ponte Benjamin Constant em Manaus, em diversos momentos os antigos governadores que habitavam a cidade estavam a analisar formas de como acrescentar e desenvolver a paisagem que era composta de extrema humildade e simplicidade. Com isso, o período de urbanização da cidade contou de forma significativa para o desenvolvimento tanto da população quanto para as estruturas arquitetônicas.

Diversos pareceres escritos por políticos e viajantes que passavam pela cidade de Manaus nesse período de reformas solicitavam indispensavelmente a construção da ponte de forma rápida e funcional, pois a situação geográfica naquele momento era um fator que ainda precisava também de manutenções e auxílios para melhoramento da paisagem (figura 8) (MESQUITA, 1999).



Figura 8: Ponte Benjamin Constant, sobre igarapé Mestre Chico. Observa-se a paisagem natural constituída de barcos de pesca e barrancos, período aproximado, 1912. Fonte: MISAM - Dispositivo Robério Braga.

A ponte Benjamin Constant hoje é ocupada praticamente 24 horas do dia, sendo sua maior participação na locomoção de quem deseja se direcionar para os bairros adjacentes a ela, (Educandos e Cachoeirinha). Formada apenas de uma única mão (sentido automobilístico), em seus derredores encontram-se pontos de ônibus e empresas do governo do Estado como, por exemplo, a Eletrobrás.

3.1 REFORMAS REALIZADAS NA PONTE BENJAMIN CONSTANT

As reformas realizadas na ponte fundamentaram-se no início de sua trajetória atender o valor estético, uma vez que com o passar do tempo se desgastava, e durante aquele período não era tão necessário intervenções de grande manuseio, apenas pequenos reparos que foram realizados por mais de quatro décadas (DUARTE 2009). No início do século XX com a política de embelezamento da cidade, as mudanças realizadas na ponte já envolveriam outros fatores, como o paisagístico e geográfico.

A primeira reforma realizada foi entre 1936-1939, na autonomia do prefeito Antônio Maia. Neste período não temos informações concretas sobre as mudanças que foram realizadas na ponte. Mais tarde, em 1960 foi solicitada outra reforma sob a direção de manutenção da Companhia Siderúrgica Nacional¹⁹, já sendo inserida uma nova rodagem para transporte, reinaugurada em 24 de dezembro de 1969 na supervisão governamental de Danilo Areosa. Depois disso, em 1975, foi repassada para o Município e o prefeito atuante nesse período, Jorge Teixeira, contribuiu para que a ponte fosse modificada mais uma vez, apresentando nova pintura sob serviços da empresa IDECORE. Posteriormente, em 1978 sofreu novas mudanças (DUARTE, 2009).

Gilberto Mestrinho em 1987 assumira a administração do Estado realizando uma nova mudança com a política de ‘recuperação’ da ponte, declarando o ato restritivo de preservação, o tombamento, como Monumento Histórico do Estado (Decreto 11.199, de 14 de junho de 1988).

Até o início do século XXI a ponte não fora mais modificada, ressurgindo problemáticas antigas. Em 2005, a ponte foi interditada devido o deterioro de algumas partes da sua estrutura, assinalando perigos de desabamento (DUARTE, 2009). Foram consideradas comprometidas algumas pilastras por conta de sua utilização constante, mais precisamente, o crescimento populacional, automobilístico e arquitetônico em suas cercanias acarretou um tráfego maior e mais intenso de veículos pesados.

Percebemos então que, no decorrer do século XX e início do XXI, a ponte fora reformada, em diversos momentos, mesmo que por pequenos motivos como pintura e até casos extremos que iam desde a manutenção de pisos, iluminação e até o reforço de estruturas, os prazos de reforma eram bastante prolongados, suficientemente longos acompanhando até mudanças governamentais.

Como acontecimento anual, novas eleições foram realizadas e em 2007, o Governo do Estado deu início a uma nova revitalização juntamente com o auxílio financeiro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento²⁰, apresentando nesta nova reforma um projeto mais moderno que os anteriores, sendo reinaugurada em 25 de

¹⁹ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, e uma das maiores do mundo. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%BArgica_Nacional> Acesso: Agosto de 2017.

²⁰ O BID é a principal fonte de financiamento multilateral e de conhecimentos para o desenvolvimento econômico, social e institucional sustentável na América Latina e no Caribe. Disponível em <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/quem-somos,5996.html>> Acesso: Agosto de 2017.

setembro de 2008 na gestão do ex-governador do Estado Eduardo Braga, passando a desfrutar além de uma nova pintura, uma nova e melhor iluminação manuseada por computação (mais de 1.300 luminárias foram instaladas sob a ponte) com o auxílio do cenógrafo alemão Peter Gasper²¹. A empresa de construção civil ECONCEL²² foi a responsável pelo melhoramento da estrutura de ferro (DUARTE, 2009).

TABELA 1 - ESTRATIGRAFIA DA PONTE BENJAMIN CONSTANT: SÉCULOS XIX A XXI.

MONUMENTO	PERÍODO	EMPRESAS ENVOLVIDAS	GOVERNO ATUANTE	INTERVENÇÕES
PONTE BENJAMIN CONSTANT – MANAUS/AM	1893-1895	Eng. Responsável pelo projeto Frank Hirst Hebblethwait	Eduardo Ribeiro	Construção da ponte de ferro
	1936-1939	--	Prefeito Antônio Maia	--
	1960-1969	Cia. Siderúrgica Nacional e Departamento de Estradas e Rodagem no Amazonas.	Prefeito Danilo Aersa	Melhoramento do piso para vias de transporte;
	1975	IDECORE	Prefeito Jorge Teixeira	Nova pintura na estrutura;

²¹ Alemão naturalizado brasileiro, Peter Gasper foi um dos percussores do projeto *lighting design* (desenho de iluminação que consiste na estética arquitetônica). Formado e conhecido como arquiteto de iluminação, foi responsável por grandes projetos como o Palácio da Alvorada, Congresso Nacional em Brasília/DF, entre outros. Disponível em < <http://allume.arq.br/blog/o-legado-de-peter-gasper> > Acesso: Agosto, 2017.

²² ECONCEL, empresa brasileira de construção civil localizada no Distrito Industrial (Manaus – AM), possui sites e páginas de marketing, mas que estão abandonadas a um período de tempo significativo (desde 2012). Tentamos entrar em contato com a mesma ainda através do site da receita federal buscando ferramentas como a procura pelo CNPJ da empresa, mas não obtivemos resultados consideráveis.

	1987-1988	--	Governador Gilberto Mestrinho	Tombamento pelo Estado; Decreto 11.199 de 14/06/1988;
	2005-2008	Banco Interamericano de Desenvolvimento e Empresa de construção civil e elétrica Ltda, ECONCEL.	Governador Eduardo Braga	Revitalização que consistia na entrega do projeto social e ambiental com estratégias de aterro do igarapé e construção de novas moradias, desvinculando toda a vegetação primária que cercava a ponte, com 'nova' estrutura reforçada, iluminação, pintura, reconstrução de paisagem, etc (PROSAMIM)

Fonte: NUNES, Kevelin. Agosto, 2017.

Reinaugurada a 'nova' ponte, em 2008, houve a inclusão da participação de uma nova área de lazer, que foi entregue juntamente com o fim das obras da ponte Benjamin Constant, o aterro parcial do igarapé mais conhecido como Largo Mestre Chico. Foi tido como primeira etapa do programa ambiental que foi entregue para a população que residia nas proximidades da ponte e que obtinham contato direto com este igarapé.

O projeto consistiu no melhoramento paisagístico da cidade em partes que são compostas por pequenos braços e cursos de água do rio Negro (igarapés), aparentemente rasos, que foram considerados de certo modo 'mal distribuídos' pela cidade por conta na nova malha urbana. Projeto este conhecido como PROSAMIM, considerado um ponto de intervenção social que participou diretamente do desenvolvimento paisagístico de um dos monumentos históricos da cidade.

3.2 A INTERVENÇÃO SOCIAL: PROSAMIM

O PROSAMIM – Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus foi criado pelo Governo do Estado em 2005, por meio da lei elaborada pelo chefe do poder executivo em âmbito Federal, Municipal e Estadual, e pelo ex-governador Eduardo Braga com o intuito de retirar pessoas que moravam em habitações precárias e que sofriam com a forte degradação e problemas ambientais. O índice era estimado em mais de 300 mil pessoas, que moravam nas cercanias desses igarapés cortantes da cidade de Manaus.

As intervenções foram feitas no setor urbano, nas habitações, no saneamento básico e no paisagístico, que mais uma vez aparece como fator indispensável para o melhoramento da cidade. O programa foi financiado pelo BID e contou com recursos também do governo do Estado. Os responsáveis pelo programa e pelas estratégias de recriar essas zonas, a UGPI – Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus está vinculada inteiramente com o gabinete do Governador.

Os indivíduos que residiam nestes locais foram recolocados em novas moradias, recebendo também uma quantia em dinheiro que seria para indenização dos mesmos, novas moradias solicitadas pelo governo fora da área de intervenção, pois nas áreas referidas (figura 9) seriam realizadas obras de ampliação do solo, macro a microdrenagem²³, parques e vias para que o ambiente se tornasse habitável e seguro.

²³ Coletar e conduzir a água pluvial até o sistema de macrodrenagem, além de retirar a água pluvial dos pavimentos das vias públicas, evitar alagamentos, oferecer segurança aos pedestres e motoristas e evitar ou reduzir danos. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/microdrenagem/>. Acesso: Agosto, 2017.

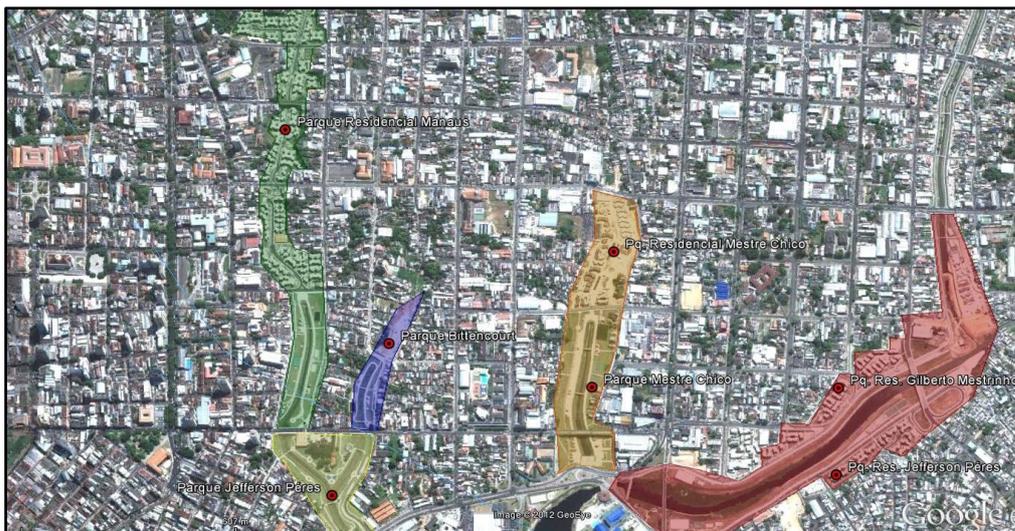


Figura 9: Áreas que sofreram intervenção: Verde-Parque Residencial Manaus; Azul- Parque Bittencourt; Amarelo-Parque Jefferson Péres; Laranja-Parque Mestre Chico; Vermelho- Parques Residenciais Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Fonte: Prosamim.gov, 2012.

A área laranja (de acordo com a figura acima) é onde está localizada a Ponte, e através de um olhar histórico, gera-se um grande ‘impacto social’ negativo com relação a este projeto. Essa expressão entrou a fundo na sociedade como um verdadeiro divisor de águas, sendo capaz de analisar a organização e a divisão social através do quadro de desequilíbrio urbano na cidade, e ao mesmo tempo, ter a pretensão de objetivar o espaço que pertence também à Ponte Benjamin Constant, cujas implicações do período de 2005 até o presente mudaram significativa e drasticamente.

O Largo Mestre Chico está localizado já no fim do centro histórico, e antes das intervenções era ocupado por diversas moradias chamadas de palafitas²⁴ que eram acumuladas como se fosse uma grande ocupação de favelas. O projeto que consistiu no aterro do igarapé Mestre Chico e outros presentes na cidade é um dos maiores exemplos de requalificação urbana (figura 10). Além de ter sido a primeira etapa entregue para que a sociedade desfrutasse de seus bens residenciais, seu aterro foi realizado em parcialidade, ou seja, apenas uma parte foi completa, dando lugar a uma grande área de lazer para o público em geral.

Na época da construção e aterro deste, o principal alvo de ‘lazer’ era a Ponte Benjamin Constant, restaurada na sua totalidade, trazia um atrativo de grande iluminação e destaque. Hoje em dia, seu estado não consiste mais o mesmo, nem tanto para as pessoas que se aproximavam do local para diversos fins, nem para os moradores do local.

²⁴ Habitação em terreno alagado, construída sobre estacas (AURÉLIO, 2010).

Este programa ambiental foi um dos maiores investimentos de intervenção urbana realizado no Brasil. O custeio financeiro fora bastante alto o que potencializou em muitos aspectos a discordância da população com relação a este projeto e até mesmo com a revitalização da Ponte. O dinheiro que foi investido pelo governo do Estado para ambas às obras provocou repúdio dos moradores próximo a ponte. Para eles, seriam necessários “*outros meios para melhorar segurança e limpeza*”. Isso é um fato relatado e frequentemente questionado, pois quando chove, o nível do igarapé que passa por debaixo da ponte (Mestre Chico) sobe e acaba escoando por suas bordas o lixo, adentrando as casas, causando infecções e doenças nas crianças e idosos.

Pesquisadores e especialistas que levantaram diversos debates sobre a realização deste projeto, afirmaram que o PROSAMIM foi o maior erro cometido contra a naturalidade histórica e ambiental do Amazonas (*site Prosamim.gov*).



Figura 10: Prosamim, localizado abaixo da Ponte Benjamin Constant. A esquerda, 2012. Fonte: Prosamim.gov. A direita, 2017. Fonte: NUNES, Kevelin.

3.3 A PONTE BENJAMIN CONSTANT NA ATUALIDADE

A ponte Benjamin Constant é um monumento histórico tombado pelo Estado (Decreto 11.199, 14 de junho de 1988), cujo este é protegido por lei e códigos que impedem seu descaso e vandalismo de qualquer meio. Ao passar pela ponte, no primeiro momento, permite-se notar independente do horário a sua banalização, como sendo apenas um ponto de acesso de um lugar para o outro, tornado a sua interação com

o ambiente apenas por exercer os direitos de ir e vir. Logo pela manhã, o movimento automobilístico se estabelece de forma rápida e assim segue até os horários mais tardios. O mesmo não pode ser dito para a área de lazer que fica abaixo da ponte (aterro do largo mestre Chico). O que antes era movimentado e frequentado por diversas pessoas em diversos horários entre o período diurno, hoje é cena de um filme de ‘faroeste’, completamente deserto de entretenimento.

Área essa bastante frequentada por estudantes e outros indivíduos que estão na maioria das vezes de passagem, oportunizam a área para outros fins, incluindo ações como o consumo de bebidas alcoólicas. Infere-se então que as mesmas pessoas que estão ocupando o espaço para meios não educacionais, são os possíveis responsáveis pelas práticas ilegais que circundam a ponte, como por exemplo, os atos de vandalismo, o uso de material ilícito (drogas), a poluição, a prática de ações indecorosas, entre outros.

A estrutura da ponte está coberta de pichações²⁵ (figura 11), que vão desde a base (pilares de sustentação) até o topo de seus arcos. Em algumas das suas partes, a tinta se descola de forma drástica, e aonde se encontram espaços, entre um pilar e outro (vãos), está tomado de lixo. Em algumas das suas junções de ferro são notáveis o desgaste gradual da tinta. Como a ponte está exposta a condições de um clima extremamente variante e gerado por monções climáticas de regiões tropicais, o contato do ferro com o ar e água, intensifica e acelera o processo de oxidação.

²⁵ É o ato de escrever ou rabiscar sobre muros, fachadas de edificações, asfalto de ruas ou monumentos, usando tinta em spray aerossol, dificilmente removível, estêncil ou mesmo rolo de tinta. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/microdrenagem/>. Acesso: Agosto, 2017.



Figura 11: Algumas das pichações que compõem a atual estrutura da ponte. Fonte: ALVES, Cícero. NUNES, Kevelin. Maio, 2017.

O igarapé foi aterrado em sua fluente, e fora realizado um trabalho estrutural e geográfico onde se tramitou que as necessidades básicas de saneamento não fossem interferidas. Com as fortes chuvas que em determinados períodos do ano cercam a cidade e a cheia dos Rios Negro e Solimões notadamente entre os meses de fevereiro a julho o igarapé aterrado é visto como uma problemática. O nível da água sobe de forma gradual, e pela quantidade de lixo presente no igarapé, acaba escoando e invadindo as residências do entorno.

Depois de aterrado, o igarapé mestre Chico, perdeu uma das suas funções que no final do século XIX era comum, a pesca e o transporte em canoas. Criaram-se novos caminhos que podem ser trilhados por debaixo da ponte, sem a necessidade de utiliza-la como um meio de passagem. As pessoas não valorizam este bem porque a problemática social atual é muito maior. Seria possível a perda de seu significado?

As entrevistas que aqui serão descritas, realizadas junto aos moradores inseridos no Prosamim Largo Mestre Chico darão um embasamento melhor para que o pensamento seja esclarecido. Foram realizados contatos de caráter informal, durante aproximadamente três a quatro semanas, com 8 pessoas (homens e mulheres), moradores das proximidades da Ponte onde foram levantadas questões sobre significado e valorização deste patrimônio. A quantidade de pessoas entrevistadas foi relativamente pequena, todavia, os dados levantados não foram utilizados para uma generalização do conhecimento que as pessoas têm sobre patrimônio, mas serviram para conceber uma importante visão.

Muitas vezes relacionados a bens materiais, ou a trabalhos e ganhos que são alcançados durante a vida de um ser humano graças ao custeio e desempenho, as pessoas generalizam a palavra patrimônio com finanças, isso porque estão acostumadas a visionar somente o conceito primário de patrimônio, não atentando para valorização dos bens históricos e acabam deixando de lado a importância de preservar e manter uma memória que pode ser capaz de perpetuar-se, transformando e sendo contribuinte na formação de pensamentos para a sociedade vindoura.

Em relatos particulares, o que nos chamou bastante atenção foi à forma de Ana²⁶ em se expressar com relação à pergunta feita a ela, (*Você acha importante preservar a Ponte Benjamin Constant sendo ela Patrimônio Histórico da Cidade?*) que continha palavras como preservação e patrimônio, e de forma objetiva, tratou com clareza métodos que podem ser aplicados a preservação da ponte

“Eu acho que sim, mas é muito difícil pras essas pessoas preservar né, eu acho... porque essa ponte ela foi reformada e tudo mais e ali é um local de apenas passagem dos carros né, não é uma ponte onde tem muitas casas, mais aqui é ponto comercial. Então as pessoas geralmente que estão por aqui, elas não ligam muito até um dia acontecer alguma coisa pra poder se despertar porque o ser humano é assim... acomodado. Então eles não irão fazer nada com relação à preservação, independente da história dela. A gente poderia ajudar né? Não jogando lixo, não fazendo essas ‘porcalheira’ que esses jovens ai faz né. Porque as coisas grandes quem faz são os grandes né, o governo, essas coisas de pintura, manutenção... mas as pequenas a gente pode fazer...”

A partir do momento que houvesse entendimento sobre o fato de que transitar pela ponte já é um ato de pertencer a ela, pela interação com o objeto, compreenderiam que fazer parte da história do objeto não é somente estar presente no dia em que foi inaugurado, participado de sua construção, mas sendo educadores e preservadores, o patrimônio pode se perpetuar e não cair no mar do esquecimento.

Outro relato em especial, contou com a fala do Sr. João²⁷, que através da pergunta feita a ele (*O que esta Ponte significa para você?*) nos levou a uma reflexão. Qual será o fator que leva a marginalização da ponte? Porque ainda existem pessoas que apesar de não contribuir com sua preservação, tem a noção de ensinar a sua parentela a contribuir?

“Eu vou confessar, sou das pessoas que não ajuda, mas também não atrapalho (risos), eu faço minha parte. Procuo ensinar até para meus filhos não poluir nem contaminar as poucas coisas boas que nos temos aqui na cidade, e agora sabendo que tem um valor histórico para nossa sociedade né, agora que eu vou ensinar mesmo. ‘Ela’ é importante né? Porque antes ela era iluminada, legal de olhar (...) pra mim é bonita ne, dá pra fazer ela ficar mais um tempão. Se todo

²⁶ Nome fictício dado ao entrevistado durante as idas ao campo deste trabalho de pesquisa.

²⁷ Nome fictício dado ao entrevistado durante as idas ao campo deste trabalho de pesquisa.

mundo fosse como eu, não exatamente como eu, mas pensasse em cuidar dessa ponte, tenho certeza que esse negócio aí embaixo não estaria a porcaria que está, e nem seria um lugar tão perigoso à maioria das vezes. Até porque não tem hora pra ter assalto por aqui, de manhã, de tardezinha e principalmente à noite, que não tem iluminação. De carro ou de ônibus a gente já passa aqui com o coração na mão, imagine a pé”.

Muitos são os motivos que temos para tentar compreender o porquê existe essa possibilidade desta área se tornar uma ‘zona vermelha’²⁸. Não descartamos a noção de que também existem prédios abandonados próximos à ponte, inclusive própria penitenciária, que hoje se faz desativada por não atender aos parâmetros de uso regular. Prédios esses localizados no lado contrário a penitenciária, que estão abandonados pelos seus proprietários e oferecem abrigo para moradores de ruas, usuários de droga, e um grande acúmulo de lixo, inclusive hospitalar (ataduras e seringas) que ficou conhecido pelos transeuntes como “fumodrómo”²⁹.

Quais foram às verdadeiras implicações para que o cidadão deixasse de frequentar a ponte como ponto turístico e esquecer sua história utilizando-a apenas como meio de passagem? O intuito do programa deveria ser muito além do que todo o melhoramento citado. E isso nos acarreta um forte ponto de discussão: algumas partes da cidade foram mudadas através do Prosamim, para atender apenas o valor estético, o que de fato não deveria ocorrer.

Se pararmos para analisar as circunstâncias do qual este projeto se consolidou, observando a paisagem do lugar, o ambiente, as pessoas que compõem o local na atualidade, chega-se assim a conclusão de que não teria sido, talvez, necessário este grande reparo. Uma vez que se a intenção era melhorar, tanto para os moradores do local quanto para o patrimônio histórico que está diretamente ligado com o ambiente, com o tempo, se degradou.

Se houve a revitalização, a construção de lugares para socialização, e divertimento das pessoas, subtende-se que estavam tentando tornar a ponte como um ‘novo’ possível local de uso. Assim como projetado no Prosamim.

Em outros relatos de pessoas mais jovens, foi descrito todo esse conjunto de reforma como aparentemente bom e significativo para o aproveitamento do local mesmo acreditando que o próprio governo julgou desnecessário a sua manutenção:

²⁸ Áreas de zona vermelha são assim chamadas pelo alto nível de periculosidade com relação a ações criminosas.

²⁹ Fumodrómo é o nome dado pelos moradores das cercanias da ponte, considerado local de encontro para uso de drogas e outros similares.

“A ponte, historicamente não tem muita coisa a me acrescentar, porque eu sou novo (risos), mas um pouco tempo atrás logo que ela foi reformada, embaixo criaram os campos sintéticos, as quadra de areia, tinha iluminação, até uma parte lá que era voltada para chuveiro... logo no começo, a gente aproveitava muito, brincava se divertia... as pessoas vinham até aqui olhar aquelas luzes, principalmente à noite. Mas não demorou muito, tudo começou a ser roubado aqui, inclusive a gente.. e aí a ponte foi esquecida... é um gasto que eu acho que o governo achou que não era preciso e tirou os servidores públicos de lá pra fazer a manutenção e até os guardas que ficavam lá, pelos menos tinha alguém pra vigiar as coisas. Se ela realmente tivesse valor, não tinham deixado isso acontecer...”

De fato, não podemos forçar a identificação para as pessoas que são novas referentes ao período de tempo a qual a ponte está presente na cidade, mas podemos levar essas pessoas a desenvolverem o pensamento e olhar para esta como patrimônio histórico da cidade, extremamente importante para cada cidadão desde os mais velhos até os novos.

Sabemos que a preservação tanto da ponte quanto da área em torno dela, levaria as pessoas a frequentarem por mais vezes o local, mas existem questões que implicam isso, questões essas que não são novas em nosso meio e são conhecidas nos meios científicos como sociais e políticas. Das implicações ao que se refere às questões sociais, existe a falta de consciência com o meio ambiente. E isso automaticamente gera a falta da noção, do conhecimento, de ações que garantem a integridade do patrimônio e do ambiente em que ele está inserido. As questões políticas são um pouco mais consistentes. Os programas de preservação do patrimônio consistem em identificar métodos para conservar-se e inibir as ações errôneas que podem afetar direta e indiretamente o patrimônio, cultural, etnológico, arqueológico, paisagístico, turístico, entre outros. Porém há uma falha a qual nem sempre nos cingimos. De acordo com Márcia Honda: “*Cria-se critérios para a preservação, mas falta a metodologia para aplicar esses fins*” (HONDA, 2008:90). É notavelmente existente a falta de muitos recursos para a preservação do patrimônio, e existem muitas formas de preservar, sendo a mais duradoura, manutenção mensal.

A legislação patrimonial é minuciosa, mais ainda carece de efetividade na sua execução. Mesmo que cada imóvel apresente a sua situação peculiar, estar a mercê da falta de sensibilidade e percepção é comum no meio social e até político na sociedade atual. O que muitas vezes sofre interferência está ligado com o cobrimento de falhas visíveis que são as justificativas para tais ações. Essas ações não são mantidas ao passar do tempo, e automaticamente torna-se um forte fator para não apropriação. Significaria dizer que esses atos são apenas uma ‘cobertura’ para modificar o que é antigo e adaptar-

se ao que é ‘moderno’, um grande processo excludente que não atende a realidade nem as necessidades da população. A ‘nova’ cidade de Manaus criou leis para adequação desses novos espaços e que de acordo com arquiteta e historiadora da arte Elizangela Araújo

Essas instituições modernizadoras, modeladoras e reguladoras dentro dessa produção de espaço continuam segregando a pobreza, fragmentando e produzindo novas paisagens no espaço nos mesmos moldes do passado, quando, conforme já citado anteriormente, a legalidade impede o “feio” e instaura o “belo”. As habitações ribeirinhas das margens dos igarapés não aceitas dentro desse conceito legal de “belo”, não são desapropriadas das margens e sim, redefinidas conforme seu padrão legal de estética (ARAÚJO, 2011:67).

3.4 DISCUSSÃO – A INTERAÇÃO PATRIMÔNIO, AMBIENTE E SOCIEDADE

Através da Ponte Benjamin Constant, vista como Patrimônio Histórico da Cidade podemos vincular a análise de dois fatores que agem sob o tema: o AMBIENTE, ao que está vinculado diretamente com a paisagem que cerca este bem histórico, e a SOCIEDADE, que são as pessoas que estão agindo de forma contribuinte nesses fatores, retratadas aqui como sociedade contemporânea.

O indivíduo presente em uma sociedade pode ou não fazer interferências e/ou mudanças no seu meio de convívio. A sociedade contemporânea está no presente vivendo naquilo que não é vivido (AGAMBEN, 2009). Diligente essa afirmação, que, apesar de curiosa, remete-nos a refletir sobre aonde vivemos, o meio que transformamos e as formas que tratamos a cultura material, o patrimônio histórico na cidade.

Autores como Giorgio Agamben, filósofo italiano, afirma que “*a temporalidade do presente é uma caminhada em direção a uma arqueologia daquilo que no presente não podemos viver*” (2009:18). Esta afirmação pode ser empregada no hoje, uma vez que relação da sociedade que construiu a Ponte Benjamin Constant não é mais a mesma.

No início deste capítulo, foi retratado o período histórico da ponte e suas diversas mudanças, tanto paisagísticas como estruturais, intervenções a curto e longos prazos com ideias e ideais formados para disseminação do desenvolvimento urbano da cidade. Hoje, segue o mesmo pensamento. O período de tempo passou de forma rápida e a estrutura da ponte seguiu absoluta sem transformações em sua posição espacial. Dada a sua localidade, sua composição material, sua origem, sua finalidade, suas principais características que diferem das outras pontes da cidade, entre outros, a ponte continua sendo esquecida. E não somente isso, mas a sua memória está sendo deixada de lado.

O usufruto deste monumento histórico hoje é bem mais presente do que a sua memória em decorrência ao período que foi importante para o desenvolvimento urbano da cidade de Manaus. A sua representação é uma ‘modernidade’ que compôs a paisagem natural e que se tornou cultural, ou seja, que se modificou por ações antrópicas.

A arqueologia histórica tem um elo fortíssimo para com as noções de identidade, principalmente quando se trata de sociedades, sejam elas existentes ou não mais. De acordo com FUNARI (2002), essas noções tem relação com as estruturas – físicas e mentais – que são derivadas e características de outras épocas. E também o caráter de reconhecimento da cultura material antiga, mesmo não havendo ligações genéticas, são fortes elementos para criações discursivas que retratam as realidades separadas pelo tempo. Como uma forte linha de pesquisa e também abrangente dos estudos do mundo moderno, a arqueologia histórica circunscreve a cultura material que muitas das vezes na atualidade é ignorada pela documentação e até pela sociedade.

A ponte Benjamin Constant é espelho de uma dominação e durabilidade estrangeira dentro da sociedade manauara, e em fatores de desigualdade, como por exemplo, os colonizadores e os colonizados, o exemplo mais prático a ser tratado, uma vez que a fundação de Manaus baseou-se nestas relações, as relações de poder. A forma de imposição de ideologias de progresso implantada desde o período de Eduardo Ribeiro até os dias atuais são vistas como uma verdadeira raiz de políticas colonialistas, sendo a elite se sobressaindo e os pobres deixados de lado.

Desde o início, a cidade foi formada por estrangeiros e cada medida solicitada pelos governantes que aqui estiveram, estava fundamentada principalmente em justificativas: políticas, econômicas e científicas. Uma vez que o ambiente (considerado visualmente inóspito) não correspondia a esses interesses, eram tomadas providências para que a cidade se adequasse a elite, e que fosse considerada por assim dizer ‘civilizada’, tomando suas conclusões de que parecer europeu e negar o indígena era correto.

Em casos de crescimento da urbanização de Manaus, foram apresentados documentos oficiais do governo que representava apenas uma parte da população, a menor delas, os governadores. Estes, por terem mais poderes, e por suas próprias visões, considerados adequados aos padrões exigidos naquela época, foram responsáveis por todo manuseio do período econômico estrangeiro (período da borracha).

Uma verdadeira fixação começou com a participação do governo de Eduardo Ribeiro, que queria transformar uma “aldeia” em “cidade”, queria que os seus aspectos visuais e estruturais de vila melhorassem e que todos esses fatores colaborassem com a frase “*ordem e progresso*”. Grande parte da população foi deixada de lado, por não estar inserida dentro dos padrões da elite, e essa população revoltou-se, e incumbiu-se de formar grandes favelas onde formavam suas parentelas.

Aonde existem distúrbios funcionais, existem também conflitos. E esses conflitos, geram indignações. A população das cercanias da Ponte Benjamin Constant, e até mesmo do Prosamim não aceitam o fato da ponte ter tido uma reforma, porque acreditam que o investimento financeiro em algo antigo não tem por pretensão ajudá-los com alguma coisa, e acrescentam “*deveriam usar o dinheiro para a construção de outra coisa que nos afete diretamente*”.

A falta de identificação para com o patrimônio na cidade de Manaus é corriqueiro. As pessoas usufruem do ambiente, ou até então, usufruíam da área de lazer que foi constituída e entregue a população, realizam mudanças em seu território, como apego ao local aonde se vive, utilizam o patrimônio para qualquer outro fim cotidiano, mas a memória de que o patrimônio é uma cultura material que nos foi deixada como herança para continuidade da história, é abandonada. E através disso, as implicações são notadas na sua estrutura. A cultura material de um bem patrimonial é conhecida por tratar de uma sociedade tanto passada quanto atual. A estratigrafia histórica da ponte mostra-nos uma problemática que vai além das forças políticas, o que poderia ser tratado para um bem estar de uma população, é deixado de lado e tornado como um processo repetitivo: “*o passado se repete*”.

É indispensável afirmar que a cidade de Manaus sofreu completas mudanças devido aos processos de ocupação e uso que se fazem presentes desde e período da borracha. Essas mudanças em âmbito geral apresentaram o surgimento de políticas de diversos meios, incluindo a segurança, o saneamento, o social, o ambiental, entre outras e como já referido neste trabalho, as políticas de preservação. Por mais que haja o crescimento da consciência sobre a valorização dos patrimônios históricos da cidade que é um ponto concomitante a outros fatores da cidade, ainda existem diversas práticas criminosas que permanecem impunes (MESQUITA, 2006).

Tudo ao nosso redor hoje, dependendo do nosso juízo sobre ‘*o que é*’ e ‘*o que não é*’ de valor, é decidido através do nosso poder de entendimento no que diz respeito ao nosso conhecimento, de acordo com CHOAY (1984), “*depende do que se vê, e do*

que se quer ver”. Construir nossa utopia com o patrimônio histórico é uma difícil tarefa, mas não é impossível de se realizar.

Com a instrumentalização do arqueólogo, somos capazes de influenciar modificações físicas e mentais que agem sobre o patrimônio. A ponte encontra-se atualmente completamente depredada, e percebe-se mediante a uma sociedade que não só sua estrutura, mas a sua memória também permanece arruinada. O Governo do Estado ainda não tem previsão para a sua plena restituição, o que é grande perda depois de um trabalho tão minucioso de restauração.

Apesar da situação atual da ponte Benjamin Constant ainda existe possibilidades de contar a história dessa monumentalidade que está inserida dentro da nossa sociedade, e é importante envolvê-los, podendo até influenciá-los através do conhecimento, a preservar a identidade que se tornou cultural no decorrer de todas essas décadas. O fato de não alcançar a satisfação pública para com o patrimônio é uma conjuntura que precisa ser explanada, para que haja disseminação das diversas interpretações que o compõem procurando sondar meios de chegar a um ‘senso comum’ de entendimento sobre o patrimônio na Cidade de Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou levar ao conhecimento sobre o patrimônio histórico localizado no bairro da Cachoeirinha, a Ponte Benjamin Constant. Na arqueologia histórica, uma vez que se conhece a relevância da preservação da cultura material como testemunho das sociedades que viveram muito antes de nós, é possível evidenciar as necessidades de identidade e preservar as informações a cerca do patrimônio, fazendo com que esses conhecimentos perdurem.

Apesar dos agentes contribuintes considerados políticos e sociais que fazem parte da formação do cotidiano na sociedade, é bastante atrativo apreciar o fato de que somos influenciadores desses agentes. Durante esta trajetória de pesquisa, levantadas informações que constituíssem o corpo do trabalho, foram observados diversos fatores críticos, sendo o principal deles e indispensavelmente tratados, as políticas que agem sob e sobre o patrimônio. Existem mecanismos que podem ser viabilizados para reverter o quadro de abandono, apesar da sua ressignificação já estar sendo mantida, pois é utilizada para o tráfego de automóveis e transeunte em diversas partes do dia necessita-se de reparos e manutenções diárias, assim, ela pode perdurar muito mais anos, fazendo com que o conhecimento seja mantido e repassado.

Existem políticas que estão inseridas dentro da sociedade como produto de vigências constituídas desde sua fundação, para o melhoramento urbano. Realizadas diversas ações, assim chamadas ‘ intervenções’, hoje tornam-na visivelmente definida como uma cidade ‘caótica’ que em estrutura cresceu e tornou desenfreado o desequilíbrio urbano. Um motivo para questionar, principalmente para os menos favorecidos é a ‘maquiagem’ sobre a paisagem, que ao invés de frear situações precárias reconfigurou como padrão de aceitação, trazendo mudanças que seguem como ‘problemáticas’.

A paisagem é reconfigurada com o tempo, por ela e pelas pessoas que vivem nela. Dar significado a alguma coisa, algo ou alguém é conduzido pelo nosso juízo de assimilar o que é e o que não é importante. Assim acontece com o patrimônio histórico. Através do objeto de estudo, conseguimos entender que mesmo que haja a falta de

conhecimento sobre determinado fato, o significado está além do conhecimento, está no olhar de cada cidadão perante monumentalidade da cidade.

Cada bem de cultura material arqueológica é único, apresenta a sua particularidade de recursos, e temos conhecimento que nenhum é infinito. Podemos criar metodologias para que da melhor forma seja “assegurado” este patrimônio, e que se conserve com ele, outros tipos de informações: documentações físicas, digitais, orais, fotográficas, entre outros, mantendo-o ‘vivo’.

Todos os bens patrimoniais são sinais físicos que comprovam a ação humana no passado, o que é chamado de ‘herança’, pois herdamos a cultura material do sociedade passada e futuramente continuarão a herdar a nossa, se conservada. As práticas de conservação muitas vezes são reconhecidas como uma forma reflexiva, ou seja, leva as pessoas a entender o seu passado mostrando as evidências do presente, o que de fato é extremamente importante, assim envolvendo a sociedade, praticando a memória coletiva algo extremamente frágil e passageiro, imperceptível aos olhos.

Andreia Machado comenta que a conservação leva a intervenções (muitas já foram realizadas na Ponte Benjamin Constant), e apesar de ser um ato grave que pode ocasionar danos é um método que procura respeitar a integridade existencial do material. Por isso, “*o objetivo final da conservação deverá ser sempre o prolongar*” (MACHADO, 2004:290). A Ponte Benjamin Constant que apresenta a desvalorização mostra-se como cultura material de uma sociedade não mais predominante nesta década e que apesar de perdurar ao longo do tempo, sua estrutura e memória estão à mercê do abandono e da população.

Não existe a possibilidade de impor à mente das pessoas aquilo que elas precisam. Até porque muitas das vezes julgam não precisar. Mas a partir do momento em que tem um olhar para o objeto e há entendimento de que necessitamos cuidar, torna-se fundamental o equilíbrio de ambas as partes (sociedade e governo), podendo até envolvê-las com a prática de metodologias de educação patrimonial. O estudo de caso realizado nesta pesquisa buscou entender as relações que a sociedade tem desde a origem do nascimento do povo até a cultura material presente hoje no perímetro urbano, abrangendo o objeto de estudo dentro do seu contexto real utilizando o fator exploratório para as diversas problemáticas cujos limites não estão claramente definidos.

Patrimônio, apesar de estar sempre ligado a memória das pessoas como bens materiais, entendemos que não há nenhum tipo de educação sobre o patrimônio

histórico da cidade, gerando assim a falta de preservação, sendo de suma importância preservar o caráter da ponte Benjamin Constant, pois através dela somos capazes de assimilar coisas que ainda não foram vistas no meio acadêmico, social, pessoal, entre outros.

Na arqueologia, percebemos a importância das funções de um arqueólogo e suas diversas especificidades, entre essas, podemos ressaltar a necessidade de mostrar a importância da preservação dos traços dos monumentos históricos, que são patrimônios e que perante a Lei sua proteção é todo e qualquer cidadão pertencente a cidade.

Uma visão errada de muitas pessoas é achar que cultura material da arqueologia é somente cerâmica, ou material lítico, que são encontrados em áreas de perímetros rurais. Mas e os outros tipos de vestígios? A arquitetura, a paisagem, a história?. Esses também são fatores que contribuem na formação da cultura material amplamente e interdisciplinarmente tratada. A arqueologia histórica é um forte contribuinte de ligação entre o passado e o presente, e como já dizia o professor arquiteto Milton Hatoum: “*não podemos entender o presente sem uma compreensão aguda do passado*”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. [tradutor Vinicius Nicastro Honesko]. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ARAÚJO, Elizangela Francisca Sena de. **Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do programa PROSAMIM na paisagem de Manaus**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- BITTENCOURT, Agnelo. **Fundação de Manaus: Podrômos e sequencias**. 1969.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trenes lejanos, Bill Fontana, Berlín, Alemanha, 1984
- COSTA, Graciete **Guerra da. Manaus um estudo do seu patrimônio arquitetônico e urbano**. Manaus: Governo do Estado Amazonas, Secretária do Estado de Cultura, 2013.
- CORRÊA, Luiz de Miranda. **Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro**. Guia de Manaus, editora Artenova Ltda. Rio de Janeiro, 1969.
- DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. 1ª ed. Manaus, editora mídia ponto comm, 2009.
- FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural – Proteção e Responsabilidade Objetiva**. Editora Valer, 2016.
- FIGUEIREDO, Heitor de. Anuário de Manaus, 1913-1914. **Organizado por Heitor de Figueiredo. Editor e agente Jorge Guidacci. Lisbo, typographia da ‘A editora limitada’, Largo do Conde 50. 1913.**
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial**. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002.
- HODDER, Ian. **The Archaeological Process. an Introduction**. Ankara, Blackwell publishers, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **O que é Educação Patrimonial? Guia básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial/DEPROM – IPHAN.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Decreto Lei nº 25 de 1937**. Acesso em: Junho, 2017. (recurso pdf).
- ITASSÚ, Oyamar Cesar. **História das Ruas de Manaus. Memórias de uma cidade**. Fundação TV Cultura. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.
- LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas**. (artigo)

LIMA, Corrêa. **Álbum de comemoração de 310 anos da cidade**. Acervo: IPHAN

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio?** São Paulo, Brasil. Editora brasiliense S.A, 1981.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 2ª ed. Manaus, editora valer, 2007. (Série: Memórias do Amazonas).

MAIA, Antônio Botelho. Manaus: **Álbum organizado na administração do prefeito Sr. Antônio Botelho Maia**. Manaus, 1938. Prefeitura de Manaus.

MACHADO, Andreia. **Conservação e Restauro de Estruturas Arqueológicas**. 8ª mesa redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Março, 2004.

MENEGHINI, Marcia Elisa Freire. **A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental: um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e Arquitetura**, 1852-1910. Otoni de Moreira Mesquita. 2ª ed. Manaus, Editora Valer, 1999.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine – o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1910)**. Niterói, 2005.

NETO, Thiago Oliveira. NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Sociedades entre igarapés: as duas faces da bela Manaós**. Universidade Federal de Rondônia. Centro Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa do Imaginário Social. Revista Labirinto ano XVI, volume 24. Nº2. 2016.

ORSER, Charles. **Introdução a Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte. Editora Oficina dos livros Ltda – São Paulo, 1992.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª ed. Editora Valer, 2001.

SOUZA, D. da Cruz e. **Álbum de Manaus em comemoração ao 1º centenário da fundação da cidade de Manaus**. Organizado na administração do prefeito Drº. Raimundo Chaves Ribeiro. 1848-1948.

YPIRANGA, Mário Monteiro. **Fundação de Manaus**. Manaus. 4ª ed. 1952

ACESSOS:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <http://www.aleam.gov.br>. Acesso em: Julho, 2017

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: Julho, 2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: Agosto, 2017.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: Abril, 2017.

DICIONÁRIO DA ELITE REPUBLICANA. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.dicionario-primeira-republica.br/>. Acesso em: Junho, 2017.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/>. Acesso em: Junho, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: Abril, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: Julho, 2017.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO AMAZONAS. Disponível em: <http://www.cultura.am.gov.br/museu-da-imagem-e-do-som-do-amazonas/>. Acesso em: Julho de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: Agosto, 2017.

PROSAMIM OFICIAL. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/>. Acesso em: Julho, 2017.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: abril, 2017.

TEDE: PÁGINA OFICIAL – UFAM. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/>. Acesso em: Julho, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – PONTE BENJAMIN CONSTANT/MANAUS-AM



Figura 1. Visão frontal da Ponte Benjamin Constant. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017



Figura 2. Foto retirada de um das frentes (sentido contrário ao automobilístico), abrangendo parte de sua estrutura em treliças. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 3. Impressão da marca original da empresa responsável pela fabricação das peças da Ponte. 'DORMAN LONG & CºL'. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 4. A foto foi retirada de um aparelho celular, no período da noite onde é possível observar um individuo entrando no prédio abandonado ao lado da Ponte (conforme o circulo em vermelho) e o baixo grau de luminosidade que compõe a Ponte. Fonte: NUNES, K. Maio, 2017.



Figura 5. Placa localizada no topo da Ponte Benjamin Constant do referido governo de Eduardo Ribeiro, como sinalizador da finalização da obra em 1896. É possível observar oxidação e fiações de antigas luminárias. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 6. Fotografia testemunho das pichações presentes na base (pilares de sustentação) da ponte. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 7. Caixas dos antigos fusíveis que controlavam a iluminação (não mais existente) violadas e danificadas. Restaram apenas às caixas, os fusíveis foram furtados. Localizadas na parte inferior da ponte. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 8. Interruptores das lâmpadas incandescentes e fiações destruídas. Localizada no lado externo da passagem de pedestre na ponte. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 9. Presença de oxidação em uma das treliças que são responsáveis pela ligação da estrutura de ferro. Pode-se notar também, a presença de linhas de ‘papagaio’ e lixo. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.



Figura 10. Desgaste gradual da pintura não original ‘cinza’ realizada na última revitalização de 2008, mostrando a ferrugem presente na pilastra de ferro da frente da Ponte. Fonte: NUNES, K. Junho, 2017.

APÊNDICE B – PROSAMIM/LARGO MESTRE CHICO



Figura 1. Na imagem, observa-se um grupo de jovens sentados no muro de pedra, no fim de tarde, utilizando bebidas alcoólicas e cigarros no Prosamim. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.



Figura 2. Vista do igarapé Largo Mestre Chico que fica localizado abaixo da Ponte Benjamin Constant. Nota-se a presença de uma saída de esgoto que deságua diretamente no igarapé. Fonte: ALVES, c. junho, 2017.



Figura 3. Foto-paisagem do Prosamim e Ponte no fim da tarde. Algumas pessoas circulando no local para práticas de caminhada. Fonte: Alves, C. Junho, 2017.



Figura 4. Algumas das residências adjacentes á ponte que compõem a paisagem do Prosamim. Foto retirada de uma pequena ponte que foi construída para o acesso interno do local. Fonte: ALVES, c. Junho, 2017.



Figura 5. Prosamim. Igarapé com a presença de pequenas quantidades de lixo nas bordas. Ao lado, quadras de areia e ao fundo, algumas casas que foram construídas no projeto. Fonte: ALVES, C. junho, 2017.



Figura 6. Vista lateral da Ponte Benjamin Constant retirada de um suposto espaço de lazer do Prosamim, que permanece vazio. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.



Figura 7. Na imagem, um dos ‘quiosques’ que era utilizado como ponto comercial completamente abandonado. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.



Figura 8. Área de piso de concreto revirada. Foram retirados alguns desses pisos que são compostos de ‘cimento queimado’ e restou apenas a areia e a formação de gramíneas. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.



Figura 9. A imagem retrata uma das estruturas presentes no Prosamim, denominada 'coreto'. É possível observar a presença de roupas e sandálias sujas, e algumas panelas improvisadas, garrafas de água mineral vazias, indicando possível presença de um morador de rua. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.



Figura 10. Moradores de ruas abrigados abaixo da ponte Benjamin Constant. Há a presença de lixo. Fonte: ALVES, C. Junho, 2017.

ANEXOS



Figura 1: Visão via satélite da Ponte Benjamin Constant e sua localização espacial. Nota-se todo o percurso do Largo Mestre Chico, e a divisão dos bairros Centro (lado esquerdo) e Cachoeirinha (lado direito). Disponível em: <<https://earth.google.com/web/search/ponte+benjamin+constant+sete+de+setembro/@-3.13420452,-60.01018904,29.23545937a,1060.93523422d,35y,-0h,0t,0r/data=CigiJgokCRaJqvYEDgnAES1ubWlUgQnAGcRKfo94BE7AIbhSnnr3BE7A>>. Acesso: Agosto, 2017.

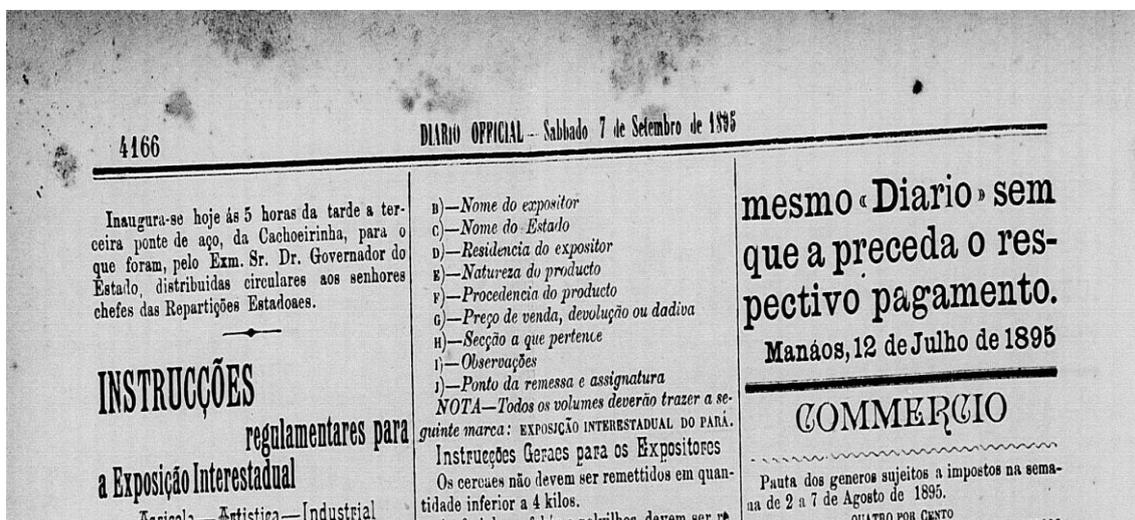


Figura 2. Recorte de um dos jornais da época, enunciando o dia da inauguração da “Terceira Ponte” – ponte Benjamin Constant. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&PagFis=3862&Pesq=>>>, Acesso: Agosto, 2017.